

Diagnóstico socioparticipativo do Retiro: CINCO ANOS DO TERMO DE COMPROMISSO NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ



Ana Beatriz Vianna Mendes • Juliana Mota Diniz

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor

Alessandro Fernandes Moreira

Vice-Reitora

Alamanda Kfoury Pereira

Pró-Reitoria de Extensão – PROEX

Glaucinei Corrêa e Viviane Gomes

Diretoria da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH

Thaís Porlan e Rogério do Pateo

Departamento de Antropologia e Arqueologia

Mariana Petry Cabral e Aderval Costa Filho

Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Ruben Caixeta de Queiroz e Leandro de Oliveira

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA

Ana Flávia Moreira Santos e Raquel Oliveira

Coordenação do Projeto: Ana Beatriz Vianna Mendes

Elaboração: Juliana Mota Diniz

Revisão: Ana Beatriz Vianna Mendes

Colaboração: Anna Alice Barbosa, Caroline Aparecida Batista Cunha, Douglas Neves de Oliveira, Gabriela de Brito Santos, Letícia Peres Fernandes, Livia Siqueira Sales e Vitória Aline Bispo Rocha

Curadoria de imagens: Anna Alice Barbosa



Diagnóstico socioparticipativo do Retiro: **CINCO ANOS DO TERMO DE COMPROMISSO NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ**



Ana Beatriz Vianna Mendes • Juliana Mota Diniz

Belo Horizonte • 2026

© 2026 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERIAS

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.



Revisão gramatical e Normalização

Carlos Otávio Flexa | MC&G Editorial

Ilustração da capa

Robson Araújo | MC&G Editorial

Projeto gráfico e Diagramação

Glaucio Coelho | MC&G Editorial

Capa

Glaucio Coelho sobre imagem de Robson Araújo | MC&G Editorial

Esta obra foi composta com as famílias tipográficas Niramit e Caraque.

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

M538 Mendes, Ana Beatriz Vianna.

Diagnóstico socioparticipativo do Retiro : cinco anos do termo de compromisso no Parque Nacional da Serra do Cipó [recurso eletrônico] / Ana Beatriz Vianna Mendes e Juliana Mota Diniz. 1. ed. — Belo Horizonte : UFMG ; Rio de Janeiro : MC&G, 2026.

Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978- 65-6115-156-6

1. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Brasil). 2. Áreas protegidas – Aspectos socioeconômicos – Brasil. 3. Áreas de conservação de recursos naturais – Aspectos socioeconômicos – Brasil. 4. Direito de propriedade – Aspectos sociais. I. Diniz, Juliana Mota. II. Título.

F-0502261/11

CDD23 : 305. 42

Bibliotecária: Priscila Pena Machado – CRB-7/6971



DOI: 10.61367/9786561151566

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição–Não Comercial–SemDerivações 4.0 Brasil

AGRADECIMENTOS

À generosidade, confiança e parceria das famílias da comunidade do Retiro, em especial ao Joãozinho e sua família que tantas vezes nos acolheram em sua casa.

Às alunas e aos alunos envolvidos com o Projeto Cipó, em especial àqueles que participaram da preparação e execução da oficina, e aos que trabalharam na organização e sistematização de seus resultados.

À parceria institucional do ICMBio e seu apoio logístico.

Ao apoio da FAFICH para o transporte e à gentileza do motorista William. Ao apoio da APUBH, em seu Edital de Ações Docentes de 2023, por viabilizar a realização de incursões a campo e oficinas ao longo de 2023.

À Juliana Diniz por todo o aprendizado ao longo do processo, por sua dedicação e competência, fundamental para a idealização, execução e publicação deste diagnóstico.





LISTA DE IMAGENS E QUADROS

Imagem 1: Oficina para fazer a genealogia das famílias do Retiro	19
Imagem 2: Oficina para fazer a genealogia das famílias do Retiro	20
Imagem 3: Mapa do ICMBio com destaque às famílias compromissárias do Termo de Compromisso (gentilmente cedido para a equipe do Projeto)	22
Imagem 4: Paisagem vista em campo	23
Imagem 5: Paisagem vista em campo: flor sempre-viva	24
Imagem 6: Paisagem vista em campo	25
Imagem 7: Placa informando se tratar de sítio arqueológico, cuja entrada é proibida a pessoas não autorizadas, em Santana do Riacho	26
Imagem 8: Sítio arqueológico em Santana do Riacho	27
Imagem 9: Balaio de cipó	28
Imagem 10: Bolo de milho	28
Imagem 11: Mirante construído próximo ao Cruzeiro do Retiro	29
Imagem 12: Peixe em seu quintal	30
Imagem 13: Restaurante Ildeu e Fatinha	31
Imagem 14: Ildeu em sua cozinha	31
Imagem 15: Cozinha de Ildeu e Fatinha	31
Imagem 16: Almoço de Ildeu e Fatinha	32
Imagem 17: Almoço de Ildeu e Fatinha	32
Imagem 18: Almoço de Ildeu e Fatinha.	32
Imagem 19: Almoço Marlene e Magaly	33
Imagem 20: Magaly em seu restaurante	33
Imagem 21: Barraca do Toi	34
Imagem 22: Barraca do Toi	34
Imagem 23: Roda de conversa com os moradores do Retiro	35
Imagem 24: Oficina de Diagnóstico do Termo de Compromisso	36

Imagem 25: Atividade de campo para construção do site e alinhamento com os moradores do Retiro	37
Imagem 26: Urucum na casa da Istael	38
Imagem 27: Feijão na casa da Istael	38
Imagem 28: Quintal da Deusdita	39
Imagem 29: Quintal da Geralda	40
Imagem 30: Istael sendo entrevistada	41
Imagem 31: Milho da Istael	42
Imagem 32: Lançamento do documentário Do outro lado da Serra na Fafich com a presença do Procurador do Ministério Público Federal (Dr. Edmundo Dias) e dos moradores do Retiro (Joãozinho, Geralda e Ramon), da esquerda para a direita	45
Imagem 33: Apresentação dos resultados do diagnóstico do Termo de Compromisso	46
Imagem 34: Foto da Equipe em campo	47
Imagem 35: A família Miné recebe em sua casa, na cidade, a equipe que fazia parte do GTI – Grupo de Trabalho Interinstitucional	51
Imagem 36: Portaria do Retiro	55
Imagem 37: Portaria do Retiro	56
Imagem 38: Disposição dos guichês temáticos na Oficina de Diagnóstico do Termo de Compromisso	59
Imagem 39: Oficina de Diagnóstico do Termo de Compromisso	61
Imagem 40: Reunião para apresentação do Diagnóstico na casa do Joãozinho	62
Imagem 41: Reunião para apresentação do Diagnóstico na casa do Joãozinho	63
Imagem 42: Oficina para tratar sobre as obras da Portaria do Retiro.	64
Imagem 43: Ildeu e Fatinha	66
Imagem 44: Cidinha	67
Imagem 45: Magaly	67
Imagem 46: Deusdita	67
Imagem 47: Irmãos Davi e Ari Miné	67
Imagem 48: João Miné	68
Imagem 49: Zé Miné (Em memória)	68
Imagem 50: Marlene	68

Imagem 51: Joãozinho e Geralda	68
Imagem 52: Dona Zinha (<i>in memoriam</i>)	69
Imagem 53: Nedil e Geralda	69
Imagem 54: Istael	69
Imagem 55: Marquinhos	69
Imagem 56: Seu Francisco	70
Imagem 57: Raquel	70
Imagem 58: Cidinha e Zé do Levi	71
Imagem 59: Dona Piedade (<i>in memoriam</i>)	71
Imagem 60: Casa do Joãozinho	73
Imagem 61: Casa Lucas e Geralda	73
Imagem 62: Casa Nedil e Geralda – Casa Torta	73
Imagem 63: Ruínas da casa da Carmesina.	73
Imagem 64: Casa da Geralda e do Zé Antônio	74
Imagem 65: Casas dos Miné	75
Imagem 66: Casa do Peixe	75
Imagem 67: Alicerce Onofre e Seu Francisco	77
Imagem 68: Raquel, no alicerce da casa de sua família.	77
Imagem 69: Cozinha e casa da Deusdita	79
Imagem 70: Cozinha da Deusdita	79
Imagem 71: Casa da Geralda e do lado direito sua cozinha aberta	79
Imagem 72: Cozinha da Geralda	79
Imagem 73: Casa dos Miné	80
Imagem 74: Casa dos Miné	80
Imagem 75: Casa Istael	80
Imagem 76: Poço de captação	82
Imagem 77: Foto da casa antiga de Geraldo Ferreira de Siqueira	87

Imagem 78: Foto da casa antiga de Antônio Ferreira de Siqueira	88
Imagem 79: Foto da casa antiga de Joaquim Ferreira de Siqueira	88
Imagem 80: Foto da casa antiga de Levi Ferreira de Siqueira	88
Imagem 81: Plantação de arroz vermelho	90
Imagem 82: Plantação de arroz vermelho	90
Imagem 83: Arroz vermelho secando	90
Imagem 84: Prensa de coquinho de macaúba	91
Imagem 85: Coquinho de macaúba	91
Imagem 86: Coquinho de macaúba	92
Imagem 87: Quintal da Geralda. Retomada do plantio em 2019, um ano após o Termo de Compromisso	93
Imagem 88: Cultivo no quintal da Deusdita	94
Imagem 89: Cultivo no quintal da Istael	95
Imagem 90, Imagem 91 e Imagem 92: Geralda, seu leitão e os ovos de suas galinhas	97
Imagem 93: Gado pastando na beira do rio	98
Imagem 94: Cachoeira do Gavião	101
Imagem 95: Prainha do Bambuzal	101
Imagem 96: Estacionamento da entrada do Parque	102
Imagem 97: Barraca da Marlene e da Magaly	104
Imagem 98: Barraca do Peixe	104
Imagem 99: Autorização Direta do Termo de Compromisso de Marlene e Magaly	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pessoas que participaram da Oficina de Diagnóstico do Termo de Compromisso	58
Quadro 2: Perfil das casas do Retiro	72
Quadro 3: Reformas demandadas e dificuldades para realizá-las	76
Quadro 4: Acesso e tratamento de água nas casas do Retiro	81
Quadro 5: Criação de animais no Retiro	96

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	21
a) O Parque Nacional da Serra do Cipó	21
b) O PNSCI e a comunidade do Retiro	34
c) O Termo de Compromisso	48
2. DIAGNÓSTICO SOCIOPARTICIPATIVO DO TERMO DE COMPROMISSO: COMUNIDADE DO RETIRO E PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ	57
a) Metodologia	57
b) Resultados	72
i) Casas e infra-estrutura	72
ii) Terrenos e histórico de ocupação	84
iii) Plantio e práticas agrícolas tradicionais	89
iv) Animais	95
v) Turismo	100
vi) Relação da comunidade com o ICMBio	107
c) Síntese do Diagnóstico	111
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	119

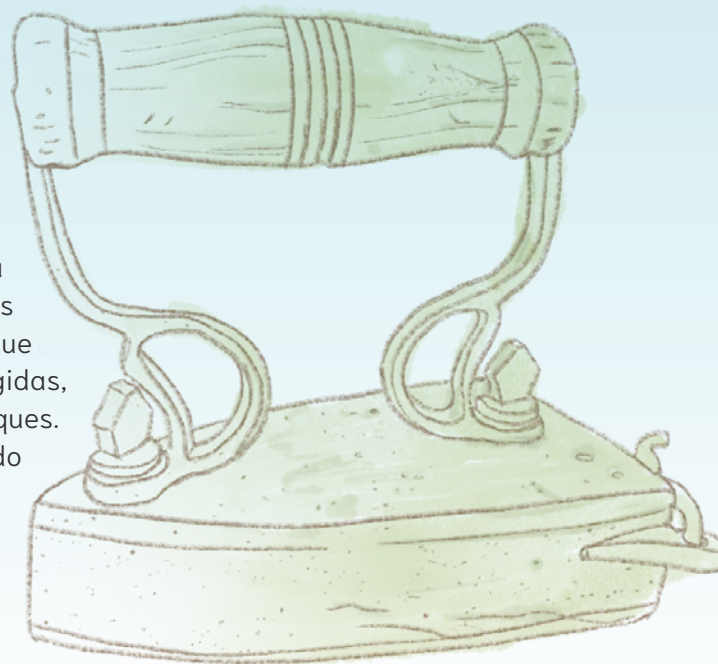


APRESENTAÇÃO

Em todo o Brasil, existem áreas criadas pelo Estado para conservar a natureza. Essas áreas são chamadas de Unidades de Conservação (UCs). Elas podem ser criadas para proteger florestas, rios, animais, plantas e outros elementos importantes do meio ambiente, além de impedir atividades que causem destruição ambiental. Algumas UCs têm regras mais rígidas, como as reservas ecológicas, as estações ecológicas e os parques. Nesses lugares, a presença humana é bastante limitada, sendo permitidas apenas atividades como pesquisas científicas, educação ambiental e turismo ecológico.

Mas em muitos lugares em que essas UCs mais restritivas foram criadas já havia famílias que ali viviam, por vezes há várias gerações, trabalhando na terra e construindo formas de viver nesse território e com essa natureza. O mais comum foi que a criação da unidade de conservação passasse a enquadrar práticas tradicionais como irregulares ou ilegais, alterando significativamente as condições de permanência dessas famílias. Protegem-se certas vidas, inviabilizam-se outras. Em alguns contextos, a instituição da UC produziu mudanças rápidas e profundas na relação entre as famílias e a paisagem; em outros, instaurou um processo gradual de restrições que, ao longo do tempo, comprometeu a continuidade dessas formas de vida no e com o território.

No Brasil, grande parte das áreas protegidas foi criada durante a ditadura militar. Nesse processo, famílias e comunidades que já viviam nesses territórios sofreram diferentes formas de violência institucional, ao longo das sucessivas gestões responsáveis por sua implementação e fiscalização.





Foi, em grande medida, a partir dos conflitos decorrentes da criação destas unidades de conservação que a categoria “populações tradicionais” ganhou visibilidade pública e política. Trata-se de comunidades com vínculos históricos, epistemológicos e existenciais com esses lugares, atualizados nas relações de produção e manejo do ambiente. Em muitos casos, elas permaneceram em seus territórios que viraram UCs, mesmo em condições precárias e sob pressão legal e administrativa, resistindo às tentativas de remoção e lidando com as restrições que alteravam profundamente seus modos de vida.

Com o passar do tempo, entretanto, o Estado brasileiro veio reconhecendo que essas famílias e comunidades constituem uma riqueza do país, por seus modos próprios de vida, entrelaçados aos biomas e territórios nos e com os quais foram se constituindo. A Constituição Federal de 1988 é um marco desse entendimento, mas até que isso se traduzisse em ações efetivamente mais respeitadas nestas UCs, as décadas têm se passado.

Nos anos 2000 foi promulgada a Lei do SNUC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, legislação que trata desses espaços ambientalmente protegidos do país chamados Unidades de Conser-

vação (UCs). Até então, a legislação que regulava essas áreas protegidas era dispersa em vários decretos e leis específicas. Com o SNUC, experiências e aprendizados que foram construídos em diálogo com as lutas de povos e comunidades tradicionais nas diversas áreas do país puderam ser sistematizados e encontrar um espaço de reconhecimento na legislação específica destinada à proteção ambiental.

A partir daí foram criados tipos de UCs que partiam de uma premissa distinta: tinham como objetivo resguardar conjuntamente os biomas e os modos de vida das “populações tradicionais” e das “populações extrativistas” — como é o caso das Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis e das Reservas Extrativistas. Essa premissa da compatibilidade entre modos de vida de populações tradicionais e conservação ambiental é um pouco diferente daquela que reconhece que a sociedade nacional também possa habitar as áreas ambientalmente protegidas, como é o caso das Áreas de Proteção Ambiental. No caso das UCs em que existem povos e comunidades tradicionais, o Estado passa a ter o dever de resguardar tanto os bens ambientais quanto os bens culturais. Trata-se de uma dupla proteção, que reconhece que esses territórios foram co-manejados e protegidos





pelos grupos que ali viviam e que seus modos próprios de vida são patrimônio cultural brasileiro.

Foi a partir desta lei que surgiu de forma mais clara a possibilidade de um entendimento “socioambientalista”, mesmo naquelas UCs mais restritivas à presença humana, como é o caso dos Parques. No caso das comunidades tradicionais, para além de reconhecerem-nas como aliadas à conservação, e não mais como necessariamente prejudiciais a ela, o Estado passa a definir e garantir direitos coletivos específicos tendo em vista sua contribuição à diversidade cultural do Brasil.

Este livro conta como essa caminhada aconteceu em um lugar específico: um pequeno pedaço de chão, na parte sul da Serra do Espinhaço, onde viviam famílias em um território que foi definido como Parque Nacional da Serra do Cipó a partir de 1984.

Quando chegamos no território para iniciar as pesquisas, em 2014, fomos pouco a pouco percebendo que a implantação desta UC, primeiro como Parque Estadual (1975) e depois como Parque Nacional (1984), impactou a vida de muitas pessoas que viviam nas várias regiões por ele abrangidas: na Serra das Bandeirinhas, na Serra dos Alves, no João Fernandes, em Cabeça de Boi e em tantas outras comunidades. Eram

famílias que trabalhavam na terra, coletavam flores sempre-vivas e faziam trocas entre o que produziam e o sal e o querosene que vinham das cidades.

Muitos relatos indicam que famílias inteiras, às vezes com muitos filhos pequenos, tiveram que sair de suas terras “da noite para o dia”. No caso de pessoas que tinham instrução, recursos financeiros e letramento, esses conseguiram ser indenizados. Mas a grande maioria das famílias com quem dialogamos afirma que não recebeu qualquer indenização e que a chegada do Parque representou um deslocamento forçado, uma mudança repentina e traumática, sem garantir condições de vida na sede do município ou em qualquer outro lugar. Algumas pessoas morreram de desgosto, todas passaram por momentos de precariedade.

Foi apenas no Vale da Bocaina, nos lugares conhecidos como Retiro e Fazenda Monjolos, que ainda havia algumas famílias que seguiam mantendo vínculos de moradia, de plantio ou de criação de animais na área do parque. Mesmo que a maior parte das famílias do Vale da Bocaina já tivesse saído dali em 2014, quando iniciamos nossas pesquisas no território, algumas se adaptaram às restrições, à nova linguagem, contornando uma privação aqui e outra ali, e mantiveram vínculos com o território.





Assim surge o Projeto Cipó, com o objetivo de conhecer e dar a conhecer as histórias das famílias impactadas pela criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, incluindo os seus saberes bioculturais. O Projeto também buscou desde o início garantir justiça ambiental às famílias expropriadas e promover um melhor diálogo entre elas e o ICMBio, em especial com aquelas que ainda mantinham vínculos de moradia e de uso no Vale da Bocaina.

Após anos de trabalhos com as famílias da região, realizando oficinas de memória, entrevistas, rodas de conversa, conhecendo seus quintais e suas criações, suas histórias e trajetórias, e buscando um diálogo com as sucessivas gestões que chefiaram o Parque Nacional da Serra do Cipó, em 2017 a então chefe da UC definiu como prioritária a elaboração de um Termo de Compromisso com a comunidade do Retiro.

Fruto de um trabalho conjunto das famílias do Retiro, dos servidores do ICMBio, dos pesquisadores do Projeto Cipó e do Ministério Público Federal, um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) atuou entre 2017 e 2018 com o objetivo de construir o acordo entre as

famílias do Vale da Bocaina e o ICMBio. Durante este processo, foram feitas reuniões coletivas, visitas às casas e aos quintais das famílias, e foi elaborado o Laudo Antropológico das famílias do Vale da Bocaina.¹

Em dezembro de 2018 o Termo de Compromisso foi publicado no Diário Oficial da União, estabelecendo direitos, deveres e responsabilidades compartilhadas no território sobreposto.

Vale dizer que o Termo de Compromisso é um desses instrumentos que serve para garantir a compatibilização entre os direitos das populações tradicionais e a conservação ambiental da área protegida. É um instrumento relativamente recente no âmbito federal. Sua formalização entre o ICMBio e as famílias do Vale da Bocaina, no Retiro, foi possível em razão de uma conjuntura institucional favorável, envolvendo diferentes atores e escalas de atuação.

Quando foi assinado, em 2018, existiam apenas 4 famílias que viviam no território. Em 2024, quando fizemos este levantamento, já eram 8 as famílias que viviam ali, de modo contínuo ou intermitente. Em 2023, a então chefe do Parque Nacional da Serra

¹ Laudo antropológico das famílias tradicionais do Retiro. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1k4R1ZU6YddXj3wEctQMwRi1qD2F1SvHm/view?usp=sharing>.





do Cipó solicitou à equipe do Projeto Cipó uma avaliação dos cinco primeiros anos de implementação do Termo de Compromisso, firmado com as famílias do Vale da Bocaina. E eis aqui o resultado!

Trata-se de um documento técnico produzido pela equipe do Projeto Cipó como contribuição ao processo de reconhecimento dos direitos das famílias tradicionais que vivem e viveram nesta área do Parque Nacional da Serra do Cipó. O diagnóstico busca apresentar ao Estado e ao público em geral os modos de vida das 12 famílias do Vale da Bocaina, na comunidade do Retiro, localizada próxima à portaria mais movimentada do Parque e ao acesso mais fácil à área urbana do entorno.

No início de 2024, organizamos uma força-tarefa para definir os eixos centrais do diagnóstico sócio-participativo e estruturar a metodologia de coleta e análise de dados. O que consta aqui neste diagnóstico é uma leitura de como estavam as famílias do Vale da Bocaina, 5 anos depois de terem celebrado o Termo de Compromisso com o ICMBio. Esse acordo possibilitou que famílias que haviam saído de suas terras pudessem voltar a viver nelas. E definiu regras claras quanto ao uso e manejo do território para todos, incluindo aqueles que nunca saíram de lá, esclarecendo os direitos e deveres das

famílias tradicionais e dos servidores do ICMBio.

Este diagnóstico foi produzido a partir da dedicação dos pesquisadores vinculados ao Projeto Cipó, sob coordenação da antropóloga Ana Beatriz Vianna Mendes, que desde 2014 coordena pesquisas na região. Partindo de uma abordagem qualitativa, socioparticipativa e de pesquisa-ação, o projeto busca compreender as implicações socioambientais da implantação do Parque a partir da perspectiva das pessoas que vivem ou viveram no território, contribuindo simultaneamente para a formação de estudantes, para o fortalecimento do diálogo institucional e para a produção de subsídios que articulem conservação da biodiversidade e reconhecimento e valorização da sociodiversidade local.

O Projeto Cipó é um dos projetos que integram o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), da Universidade Federal de Minas Gerais. Entre 2015 e 2017, desenvolvemos o projeto “O Parque Nacional da Serra do Cipó (MG) e populações locais: desvelando conflitos e histórias marginalizadas”, que contou com financiamento da FAPEMIG (APQ 01945-14) e apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e à Pró-Reitoria de Extensão da UFMG (por meio de bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação à Extensão). A partir de





2017, desenvolvemos o projeto “Construindo histórias locais, pensando questões globais: as comunidades tradicionais atingidas pelo Parque Nacional da Serra do Cipó (MG)”, que contou com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e da Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG (por meio de bolsas, além da APUBH, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e do Departamento de Antropologia e Arqueologia).

Além disso, conforme o desejo expresso das famílias e em diálogo com elas e com o ICMBio, temos nos empenhado para trabalhar na divulgação e popularização dessas histórias. Em 2020 lançamos um documentário² de longa-metragem que trata de algumas das histórias que foram compartilhadas conosco ao longo dos anos. E desde 2026 estamos lançando diversos vídeo-pílulas em um canal do *Youtube*³.

Está em andamento ainda a publicação de um site, com material multimídia para tornar acessíveis as histórias das famílias daquela região, a riqueza de seus conhecimentos e dar algum testemunho das transformações das relações que foram se constituindo naquele lugar. Com previsão para lançamento em

setembro de 2026, o site tem sido construído através de um diálogo próximo com as famílias do Retiro. Além disso, ao longo desses anos, apresentamos trabalhos em diversos eventos acadêmicos, e foram defendidas diversas monografias de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado, que também contribuem para tornar visíveis as complexidades que perpassam as vidas das famílias e a implantação do Parque.

Fizemos essa publicação com alguns dos muitos registros fotográficos do acervo do Projeto Cipó, feitos ao longo de mais de uma década de pesquisa. No Capítulo 2, você encontra uma contextualização dos objetivos de criação do Parque, da relação institucional do órgão ambiental com a comunidade do Retiro e do processo de construção do Termo de Compromisso. Já no Capítulo 3 você encontra os resultados do diagnóstico realizado.

Para o Projeto Cipó, a publicação deste diagnóstico representa a consolidação de um trabalho coletivo e de abertura ao diálogo. Ele busca contribuir para o aprimoramento da governança territorial, articulando justiça social e conservação da biodiversidade.

2 Documentário **Do outro lado da Serra**, direção Samora Nzinga. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9_ptcfONztw.

3 Canal do **Projeto Cipó** no Youtube: <https://www.youtube.com/@cipoconectado>.





Imagem1: Oficina para fazer a genealogia das famílias do Retiro. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2023.



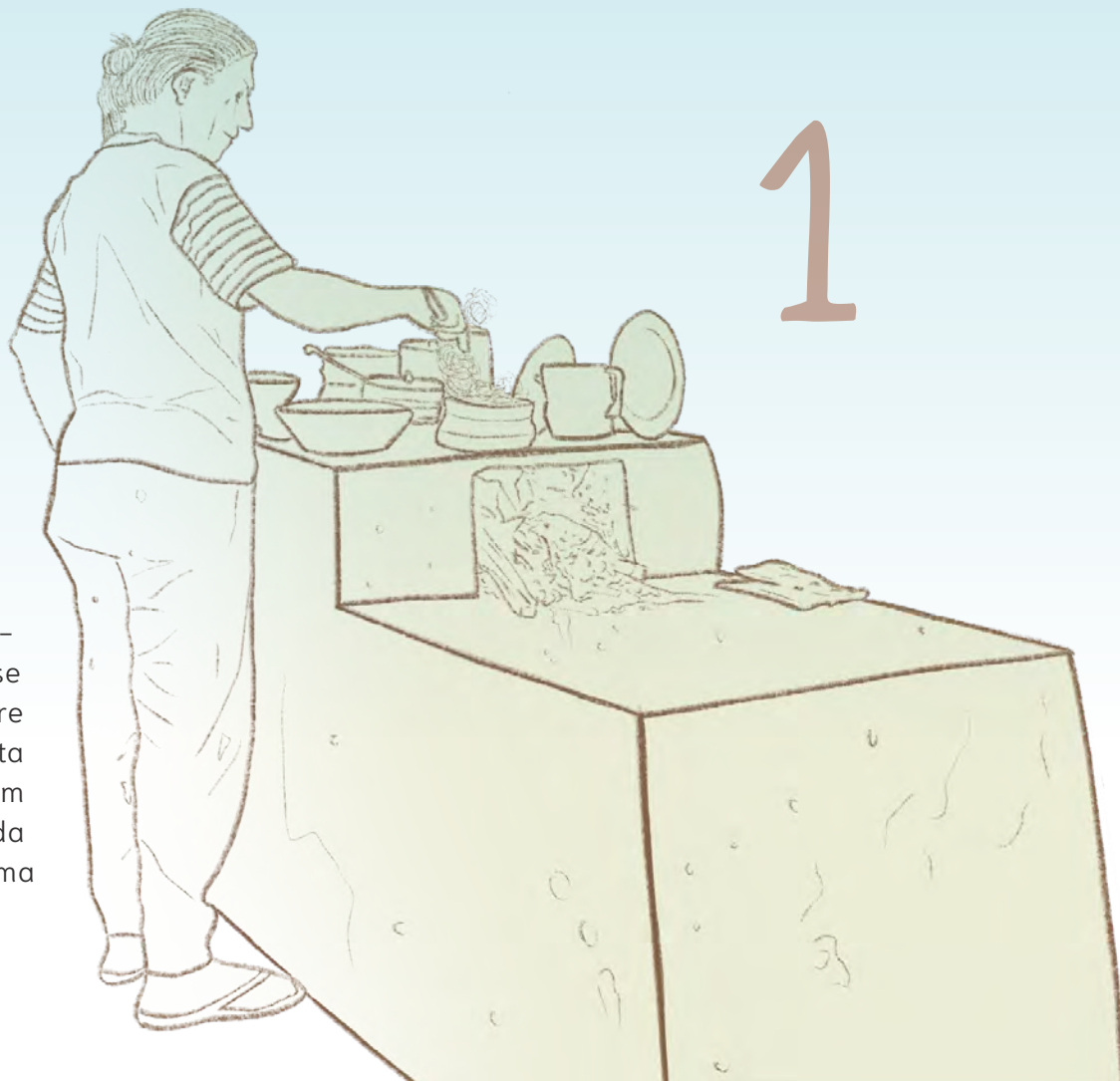
Imagem 2: Oficina para fazer a genealogia das famílias do Retiro. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2023.



CONTEXTUALIZAÇÃO

a) O Parque Nacional da Serra do Cipó

O Parque Nacional da Serra do Cipó (PNSCi), situado na porção sul da Serra do Espinhaço em Minas Gerais, foi criado em 1984, abrangendo uma área de 33.800 hectares que se estende pelos municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho, Itambé do Mato Dentro e Morro do Pilar. Por situar-se em uma área de transição entre os biomas do Cerrado e da Mata Atlântica, o PNSCi desempenha um importante papel na proteção da flora da região, considerada uma das mais ricas do mundo.



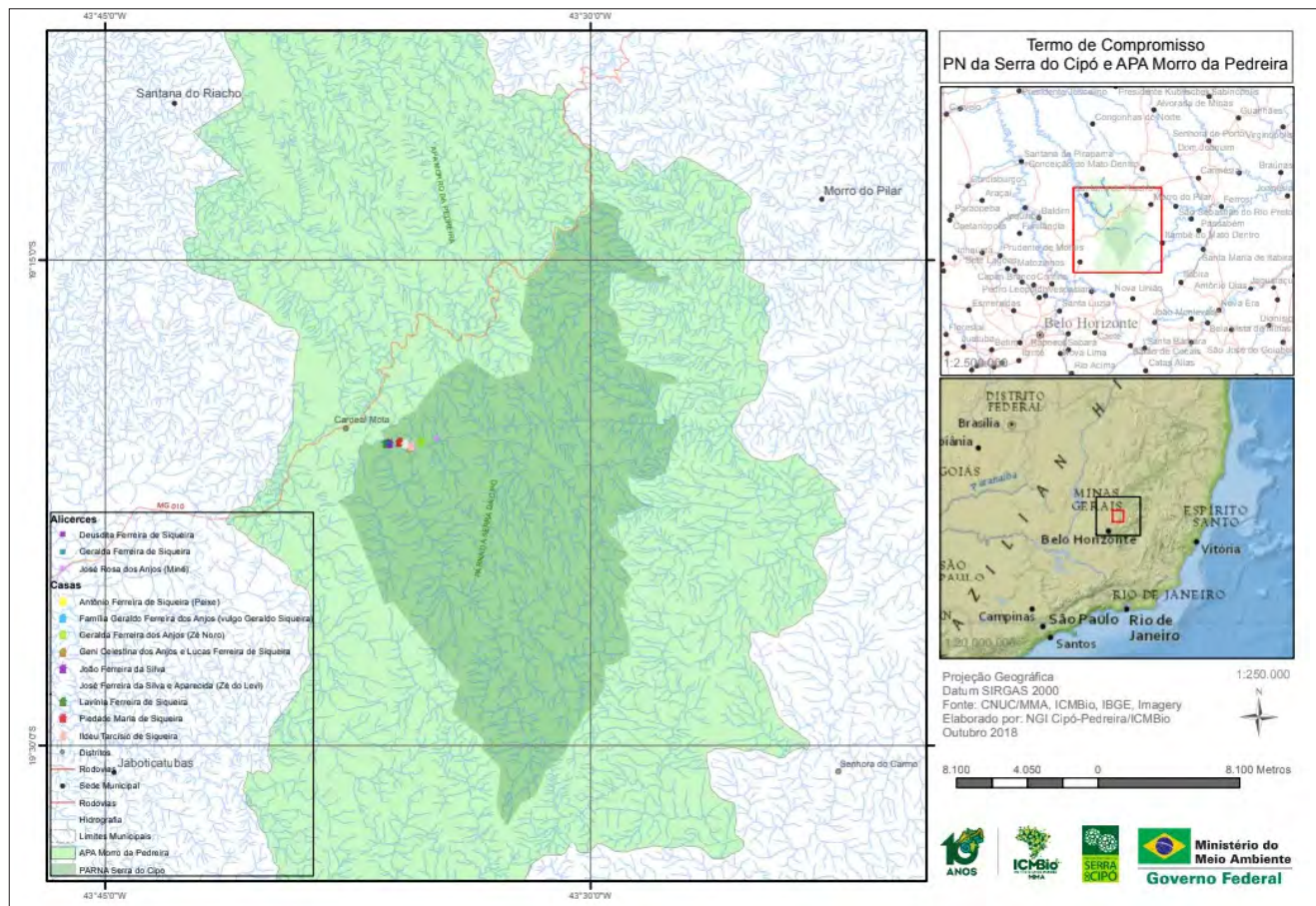


Imagem 3: Mapa do ICBio com destaque às famílias compromissárias do Termo de Compromisso (gentilmente cedido para a equipe do Projeto)



A Serra do Cipó abriga uma grande variedade de ecossistemas, incluindo diferentes fitofisionomias do Cerrado, matas ciliares, capões de mata, cavernas, rios, lagoas marginais e brejos. Essa diversidade de habitat se deve a fatores como o relevo acidentado, a variação de altitudes (de 700 a 1600 metros), a presença de diferentes tipos de solo e rochas e a influência de climas contrastantes que, juntos, fazem dessa região um dos hotspots mundiais da biodiversidade (Brasil, 2009).

Segundo o Plano de Manejo do PNSCi (Brasil, 2009), os campos rupestres da Serra apresentam uma flora singular, com alta taxa de endemismo, e são considerados os mais diversos do país. Mas a Serra do Cipó também abriga outras fitofisionomias deste bioma, como campos limpos, campos sujos, campos cerrados e cerradões. A presença da Mata Atlântica na vertente leste da Serra, com suas matas de galeria, capões e matas secas, também contribui para a riqueza florística da região. A fauna da Serra do Cipó também é notável, com a ocorrência de espécies ameaçadas como o lobo-guará, o tatu-canastra, a ema e o tamanduá-bandeira. O PNSCi e a APA Morro da Pedreira que o circunda protegem habitats importantes para diversas espécies de mamíferos, aves,

Imagem 4: Paisagem vista em campo. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2023.





répteis, anfíbios e peixes, garantindo a preservação da fauna regional.

O PNSCi também contribui significativamente para a proteção dos recursos hídricos da região. O rio Cipó, que nasce dentro do Parque, é um dos principais afluentes do rio das Velhas, e suas águas de excelente qualidade são fundamentais para a recuperação da

bacia do rio das Velhas, afetada pela poluição da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A preservação das nascentes e sub-bacias hidrográficas dentro do Parque contribui de forma significativa para a qualidade e quantidade de água fornecida para as comunidades do entorno. Além dessa contribuição para as populações urbanas próximas, sua localiza-

ção estratégica, na transição entre dois importantes biomas brasileiros, e sua beleza cênica o tornam um patrimônio natural de importância nacional e internacional e um dos principais destinos para descanso e lazer da classe média belo-horizontina (GESTA, 2015)

Importante dizer que além de sua riqueza ecológica, o PNSCi abriga um valioso patrimônio arqueológico e histórico-cultural, menos conhecido e valorizado por quem visita a região. A Serra do Espinhaço, onde o Parque se localiza, é reconhecida por conter vestí-



Imagem 5: Paisagem vista em campo: flor sempre-viva. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2023.





Imagem 6: Paisagem vista em campo. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2026.

gios de ocupações humanas antigas, incluindo sítios arqueológicos com arte rupestre, utensílios líticos e outros registros que atestam a presença de popu-

lações indígenas anteriores à colonização (Brasil, 2009; Ferreira, 2010). Dentro do Parque e em seu entorno imediato há também elementos do patri-





mônio cultural material e imaterial associados aos modos de vida das comunidades tradicionais que historicamente ocuparam a área, incluindo antigos muros de pedra, vestígios de roçados, trilhas históricas e práticas culturais como festas religiosas e técnicas tradicionais de cultivo e construção.



Imagem 7: Placa informando se tratar de sítio arqueológico, cuja entrada é proibida a pessoas não autorizadas, em Santana do Riach. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2019.

Imagem 8: Sítio arqueológico em Santana do Riacho, página ao lado. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2019.







Imagem 10: Bolo de milho. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2026.



Imagem 9: Balaio de cipó.
Fonte: Acervo do Projeto, 2026.



No interior do Parque, próximo à Portaria do Retiro, no Vale do Bocaina, na área que é denominada de Zona Histórico-Cultural pelo Plano de Manejo (Brasil, 2009), encontram-se famílias que fazem parte da história biocultural da região, reproduzindo e atualizando modos de viver e saberes-fazer desenvolvidos ao longo de gerações em intrínseca relação com as paisagens e recursos da sociobiodiversidade da Serra do Cipó. Resguardadas pelo Termo de Compromisso que visa compatibilizar a conservação ambiental com a permanência das populações locais em territórios tradicionais, essas famílias resistiram ao processo de desapropriação comum à criação de parques nacionais e mantêm-se fortemente vinculadas às terras tradicionalmente ocupadas.

Peixe, nascido e criado no território que hoje é parque, expressa uma íntima relação com os “remédios que a terra nos dá” e acolhe interessados em conhecer sobre os efeitos medicinais das plantas do seu próprio quintal, onde se encontra remédio para verme, dor nos rins,

Imagem 11: Mirante construído próximo ao Cruzeiro do Retiro.

Fonte: Acervo do Projeto, 2023.



cicatrizante e até colírio¹. Ildeu e Fatinha são moradores da comunidade do Retiro que, durante

¹ Essas são experiências descritas em O Livro de Experiências da região turística da Serra do Cipó, fruto de um trabalho coletivo realizado pelo Sebrae Minas com apoio das prefeituras municipais de Jaboticatubas e Santana do Riacho, do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó e do ICMBio NGI Cipó Pedreira.





muito tempo, se dedicaram à produção de feijão, arroz vermelho, mandioca, entre outros. Atualmente oferecem um completíssimo almoço para os visitantes com orá-pro-nóbis do arbusto do terreiro e galinha caipira criada por eles. No Bambuzal, a família da Magaly também oferece uma deliciosa refeição tradicional mineira com feijão tropeiro feito na hora no fogão à lenha. No Vale do Bocaina, Geralda e Zé Antônio produzem e beneficiam artesanalmente o arroz vermelho e o óleo de macaúba, recebendo visitantes em uma vivência que lhes convida a socar o arroz no pilão e enrolar o próprio biscoito para ser assado no forno de barro.



Imagem 12: Peixe em seu quintal. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.



13



14



15

Imagem 13: Restaurante Ildeu e Fatinha. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2024.

Imagem 14: Ildeu em sua cozinha. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2026.

Imagem 15: Cozinha de Ildeu e Fatinha. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2023.





Imagem 16: Almoço de Ildeu e Fatinha. Fonte: Acervo do Projeto, 2023.

16

Imagem 17: Almoço de Ildeu e Fatinha. Fonte: Acervo do Projeto, 2023.



17



18

Imagem 18: Almoço de Ildeu e Fatinha. Fonte: Acervo do Projeto, 2023.



Imagem 19: Almoço Marlene e Magaly. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2026.



Imagem 20: Magaly em seu restaurante. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2024.



Imagem 21: Barraca do Toi. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2026.

Imagem 22: Barraca do Toi. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2026.

b) O PNSCi e a comunidade do Retiro

A criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, embora fundamental para a proteção da biodiversidade da região, conflitou com os interesses e as necessidades das comunidades que habitavam o lugar. Essas comunidades, com um longo histórico de presença no território e modos de vida intrinsecamente ligados ao ambiente, se viram subitamente sujeitas a restrições e incertezas quanto à sua permanência no lugar e continuidade do seu modo de vida.

Como na criação da maioria das unidades de conservação de proteção integral, um dos principais pontos de conflito foi a questão fundiária. Como se confirma ao escutar as pessoas da comunidade do Retiro, muitas famílias com títulos dominiais devidamente registrados em cartório foram desapropriadas ou tiveram suas terras incluídas nos limites do Parque sem a devida indenização. Esse processo, conduzido de forma autoritária e violenta, gerou um sentimento de injustiça e revolta que persiste até os dias de hoje, entre outros motivos, porque na maioria dos casos, o processo judicial continua em aberto, de modo que moradores e ex-moradores



Imagem 23: Roda de conversa com os moradores do Retiro. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.

do território ainda reivindicam seus direitos à terra ou ao pagamento indenizatório (Fernandes, 2025).

A comunidade do Retiro, situada no Vale do rio Bocaina, no coração do PNSCi, é uma dessas comunidades com um profundo vínculo histórico e cultural com o território. As famílias do Vale da Bocaina, em

sua maioria descendentes dos núcleos familiares Siqueira e Rosa dos Anjos, construíram suas vidas e sua identidade em uma dinâmica colaborativa com a Serra do Cipó, o que explica porque resistiram à desapropriação e lutam por seu direito de permanecer no território.





O laudo antropológico produzido pela professora e pesquisadora do Departamento de Antropologia da UFMG, Ana Beatriz Vianna Mendes, coordenadora do Projeto Cipó, e uma série de pesquisas antropológicas e socioambientais orientadas por ela demonstram

como o modo de vida dessas famílias se desenvolveu junto a um sistema de conhecimento local de uso e manejo diversificado da paisagem (Mendes, 2018; Pacífico, 2014; Souza, 2014; Freitas, 2015; Cardoso, 2017; Reis, 2017; Peres, 2025; Cunha, 2025).



Imagem 24: Oficina de Diagnóstico do Termo de Compromisso. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2024.





Imagem 25: Atividade de campo para construção do site e alinhamento com os moradores do Retiro. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.



26



27

A agricultura familiar, praticada nas “terras de cultura”, terras férteis próximas aos cursos d’água, era caracterizada pelo cultivo de arroz vermelho, milho e feijão. O extrativismo também era parte da vida cotidiana da comunidade, em que se destaca a coleta das flores sempre-viva e a utilização intensiva do coco macaúba. O tronco da macaúba era utilizado para construções, enquanto seus frutos serviam para a fabricação de óleo, azeite e sabão, além do carvão produzido a partir das sementes. Um levantamento etnobotânico (Freitas, 2015) realizado na comunidade identificou o uso de 87 espécies vegetais pelos moradores, evidenciando a riqueza do conhecimento ecológico e da memória biocultural dessas pessoas.

Imagem 26: Urucum na casa da Istael.

Fonte: Acervo do Projeto, 2025.

Imagem 27: Feijão na casa da Istael.

Fonte: Acervo do Projeto, 2025.



Imagem 28: Quintal da Deusdita. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2023.



Imagem 29: Quintal da Geralda. Fonte: Acervo do Projeto, 2023.





Imagem 30: Istael sendo entrevistada. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.





Imagem 31: Milho da Istael. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.





A criação de gado “na solta”, utilizando as pastagens naturais, especialmente nas áreas de maior altitude, era uma das principais atividades da comunidade. Assim como acontece em outras regiões de serra no Cerrado, como é o caso da Serra da Canastra, as famílias realizavam o manejo do fogo para a renovação das pastagens sazonalmente e de forma comunitária (Mendes, 2018). Investigando o manejo do fogo e do gado entre seus praticantes, ou entre aqueles que o têm na memória, encontra-se um complexo repertório de saberes sobre o regimes de chuvas, fluxos do vento, interação do fogo com a composição do cerrado etc., que é hoje um importante recurso para um manejo inteligente das paisagens com vistas à conservação de matas e nascentes e prevenção de grandes incêndios (Myers, 2006).

No processo de implementação do Parque, além das injustiças no processo da regularização fundiária, as pessoas que permaneceram vivendo ou fazendo uso do território tiveram condenadas essas práticas que caracterizavam seu modo de vida e compunham suas estratégias de sobrevivência. As atividades agrícolas, a criação de animais e o uso do fogo foram proibidos ou severamente limitados,

sob a justificativa de proteção da biodiversidade. A criação do PNSCi impôs, assim, um novo paradigma de relação entre o homem e a natureza que se chocava com as práticas para subsistência e a reprodução cultural daquelas comunidades, criando um cenário de disputa de interesses, desconfiança e tensão (Pacífico, 2014). O que, para uns, era uma área de beleza cênica e habitat de espécies a serem conservadas pelo poder público, para outros, era o lugar da sua história de vida e fonte dos meios e recursos necessários para a sua existência. As famílias que viviam na região onde foi criado o Parque se viram então enquadradas em um novo paradigma de relação com o ambiente que criminalizava práticas ancestrais e desconsiderava sua interdependência com o lugar.

A incerteza quanto às possibilidades de permanência no território gerou um clima de insegurança e medo e a desapropriação de terras forçou algumas famílias a abandonar suas casas e seus modos de vida. As restrições e desafios impostos pela criação do PNSCi significavam não apenas a perda do território físico, mas também o risco de esfacelamento dos seus meios de vida, identidade, tradições e laços comunitários.





Diante de toda essa situação, algumas famílias simplesmente cumpriram a ordem e saíram. Dessas, algumas migraram prontamente, enquanto outras ainda resistiram um pouco, até que, diante de várias proibições, que por fim tornaram sua sobrevivência inviável (tais como o plantio mediante queima controlada e a pesca) acabaram saindo. Outros, ainda, haviam saído antes mesmo da “chegada do parque”, como se diz localmente. [...] Atualmente há quatro unidades familiares que seguem se recusando a sair da área do Retiro; há também três unidades familiares que utilizam principalmente para o que se pode chamar simplificada de “lazer”, mantendo suas casas ancestrais esporadicamente; e duas outras famílias que fazem uso do território (para plantio, lazer e criação de animais), mas cujas casas viraram escombros. Esse é o universo abrangido pelo Termo de Compromisso. (Mendes, 2018, p. 19)

A desvalorização dos modos de vida tradicionais e a ausência da participação da comunidade na gestão do território, que hoje é parque, estão evidenciadas em eventos recentes que agravaram os conflitos como a construção de infraestrutura turística (estacionamento e portaria) em áreas tradicionalmente ocupadas. A exclusão dos moradores do Retiro dos processos de tomada de decisão, a criminalização de suas práticas e a ignorância do órgão gestor quanto ao valor e legitimidade de seus conhecimentos etnoe-

cológicos refletem o autoritarismo do Estado infiltrado na gestão das unidades de conservação. Como efeito do sacrifício das dinâmicas locais em função da conservação ambiental em uma lógica burocratizada e autoritária, se tem um passivo de conflitos marcado pela falta de diálogo e colaboração entre as partes mais interessadas na proteção do território.

Por longas quatro décadas, famílias viveram em condições de incerteza e de precariedade com relação ao modo como, em função da criação do Parque, deveriam se relacionar com o lugar, e só muito recentemente os gestores passaram a reconhecer a identidade de certas famílias como tradicional, o que possibilitou o retorno ao território e a negociação quanto ao seu uso e manejo (Mendes, 2022; Apoloni, 2019). Foi a partir da construção do Termo de Compromisso, em 2018, que as regras quanto a permissões e proibições foram efetivamente esclarecidas e acordadas entre a comunidade e o órgão gestor do Parque.

Esse processo surgiu após uma mudança de gestão local, em 2017, quando o ICMBio definiu como ação prioritária a realização do Termo de Compromisso entre o PNSCi e as famílias do Retiro. A busca por diálogo das famílias com a gestão do Parque, o apoio do Ministério Público Federal e a mobilização de





Imagem 32: Lançamento do documentário Do outro lado da Serra na Fafich com a presença do Procurador do Ministério Público Federal (Dr. Edmundo Dias) e dos moradores do Retiro (Joãozinho, Geralda e Ramon), da esquerda para a direita. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2024.

pesquisadores do Projeto Cipó foram fundamentais para a conquista do Termo de Compromisso (TC), em 2018. Esse instrumento reconhece a tradicionalidade da comunidade do Retiro e permite o uso sustentável do território, representando no Cipó, e em outras

unidades de conservação em que foi implementado, um passo de enorme importância na busca por uma relação mais justa e equilibrada entre a conservação da biodiversidade e os modos de fazer e viver de famílias tradicionais que vivem ou viviam nessas áreas.



Imagem 33: Apresentação dos resultados do diagnóstico do Termo de Compromisso. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.



Imagem 34: Foto da Equipe em campo. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.





c) O Termo de Compromisso

O Termo de Compromisso é um instrumento legal regulamentado pela Instrução Normativa n.º 26, de 2012, do ICMBio, e visa compatibilizar a conservação da biodiversidade e o uso e permanência de populações tradicionais em áreas de proteção integral. Ou seja, ele visa criar estratégias e dinâmicas de gestão do território que conciliam a proteção do ambiente e os modos de vida tradicionais. Ele pode ser celebrado entre moradores e usuários de UCs que se reconheçam como povos e comunidades tradicionais e que não tenham sido indenizados e reassentados pelo poder público.

Embora a realização de Termos de Compromisso seja prevista pela lei n.º 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foi apenas com a Instrução Normativa n.º 26, doze anos depois, que foram estabelecidas e regulamentadas suas diretrizes. Conforme expresso pela IN, trata-se de um “instrumento de gestão e mediação de conflitos, de caráter transitório”, cuja solução definitiva deve buscar ou a titulação dos territórios tradicionais e desapafação das UCs ou a regularização fundiária com a desapropriação

dos proprietários e moradores para consolidação dominial do ICMBio.

Mais recentemente, no entanto, em 2021, a Procuradoria Federal Especializada do ICMBio através de um despacho com efeitos vinculantes (Brasil, 2021), determinou que nos casos de sobreposição entre territórios de povos e comunidades tradicionais e UCs de Proteção Integral, o ICMBio passe a considerar uma “dupla afetação”, na qual as comunidades tradicionais não serão mais retiradas das unidades, mas “compatibilizadas” a elas. Como forma de “compatibilizar” a permanência das populações nas unidades de conservação de proteção integral, são propostos diversos caminhos: Acordos de Gestão, Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, Plano de Manejo como instrumento que reconhece tecnicamente a presença da população tradicional através de zoneamento administrativo específico, Termos de Compromisso de caráter permanente, e até a redução dos limites da unidade de proteção integral, de modo a excluir a área ocupada pelas populações, ou sua total recategorização (Brasil, 2021; Mendes, 2024). Cada situação deve





ser estudada pela equipe técnica da Unidade, de acordo com o histórico e as características específicas do caso, para definição da melhor medida a ser tomada.

Paulatinamente, o entendimento do ICMBio tem sido no sentido do reconhecimento de direitos territoriais e culturais assegurados aos Povos e Comunidades Tradicionais por outras legislações (mencionadas a seguir). Neste novo contexto, os povos e comunidades tradicionais deixam de ser impelidos a abandonar suas terras e seus modos de vida passam a ser menos cerceados. O TC é um dos dispositivos existentes, que propõe o diálogo entre população e Estado, com potencial tanto de diminuir as restrições impostas à população local quanto de possibilitar uma melhor consolidação dos objetivos de conservação previstos para a UC.

O Termo é, portanto, um mecanismo baseado em princípio de respeito à diversidade cultural e ao diálogo, que, se bem feito, terá implicações positivas tanto para a conservação ambiental, quanto para a manutenção do patrimônio cultural representado por essas famílias e seus modos diferenciados de vida. (Souza, 2014, p. 26)

Há várias legislações que embasam o TC como instrumento legal de gestão de UCs:

- Declaração universal dos Direitos Humanos (1948): Artigos 3, 7 e 25
- Constituição do Brasil (1988)
 - Artigo 255: sobre direito a meio ambiente ecologicamente equilibrado
 - Artigo 215 e 216: sobre direitos culturais e patrimônio cultural
- Convenção sobre a Diversidade Biológica (1993)
- Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (2004)
 - Artigo 13.1: sobre o aspecto coletivo dos territórios de populações tradicionais
 - Artigo 14.1: sobre direitos territoriais de populações tradicionais
 - Artigo 15.1: sobre uso e manejo de recursos naturais
- Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2006)
- Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (2000)
 - Artigo 5º: sobre garantia de meios de subsistência alternativos ou indenização justa
 - Artigo 28º: sobre garantia de condições dignas de vida das populações residentes em UCs
- Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (2006)





- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007)
- Instrução normativa n.º 26 do ICMBio (2012)
- Política Educacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (2012)

A construção do Termo de Compromisso firmado entre o ICMBio e as famílias do Retiro é fruto de um processo de mobilização institucional e comunitária que contou com a atuação de pesquisadores da UFMG, procuradores do MPF, além de servidores do ICMBio e das famílias do Vale da Bocaina. No caso da universidade, o Projeto Cipó desenvolve desde 2014 pesquisas na região, buscando levantar as histórias e garantir direitos das famílias que foram impactadas pela criação do PNSCi. O MPF também atua no caso pelo menos desde 2013, quando as famílias que ainda viviam na região foram notificadas para a desocupação definitiva do Parque. Além disso, em 2014 houve um posicionamento do Conselho Consultivo do PNSCi favorável à construção de uma solução institucional baseada no reconhecimento dos direitos e da presença histórica dos moradores. Mas foi apenas em 2018 que o processo formal de

elaboração do Termo foi incluído no planejamento estratégico do ICMBio Cipó-Pedreira.

Na sequência, como descrito por Mendes e Oliveira (2022) e por Apoloni e Araújo (2019), foi constituído um Grupo de Trabalho Interinstitucional com a participação de representantes do ICMBio em diferentes esferas, do GESTA/UFMG, do MPF e do Conselho Consultivo. As etapas de consulta e escuta às famílias seguiram as diretrizes da Instrução Normativa n.º 26/2012 e contaram com reuniões individuais e coletivas, realizadas tanto nas casas das famílias quanto na sede da Associação Comunitária da Serra do Cipó. O laudo antropológico elaborado pela professora Ana Beatriz teve papel decisivo ao comprovar a tradicionalidade das famílias do Retiro, superando impasses históricos.

A minuta do termo foi redigida de forma participativa, aprovada pelas famílias em outubro de 2018 e, após tramitação legal, o documento foi oficialmente publicado em dezembro de 2018. Desde então, segundo Apoloni e Araújo (2019), a gestão do Parque tem atuado na implementação dos acordos firmados, realizando vistorias, atendendo solicitações e acompanhando as atividades autorizadas pelo Termo.





Imagem 35: A família Miné recebe em sua casa, na cidade, a equipe que fazia parte do GTI - Grupo de Trabalho Interinstitucional. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2017.





O texto do Termo tem como considerações de base o princípio de que as normas e ações para compatibilizar a presença das comunidades tradicionais com os objetivos do Parque devem ser acordadas sem prejuízo às comunidades, estabelecendo condições de uso e manejo das áreas e dos recursos naturais pelo morador/usuário da região do Retiro ou Vale do Bocaina. A pessoa que assina o termo (signatário) se co-responsabiliza pelos atos praticados pelos membros da sua família em desacordo com os direitos e obrigações do TC.

O TC também previu a instituição pelo ICMBio de uma Câmara Temática de Acompanhamento e Monitoramento (CTAM) no âmbito do Conselho Consultivo do PNSCi assegurando a participação dos representantes do Retiro e Vale do Bocaina, com a finalidade de manter o diálogo com a comunidade e realizar um processo anual de avaliação do Termo, podendo sugerir medidas para aprimorar e efetivar o seu cumprimento. Esta Câmara Temática não estava em funcionamento quando da realização do diagnóstico.

Quando foi implementado, considerava-se a vigência de dez anos a partir da data de assinatura, podendo ser cancelado ou prorrogado, ou ainda substituído por uma solução permanente. Atualmente, o ICMBio não trabalha mais com o entendimento de transitoriedade do Termo de Compromisso, embora algumas famílias ainda tenham receio de se verem mais uma vez expulsas de seu lugar. Atualizações podem e devem ser feitas, a partir do aprendizado socioambiental da implementação do instrumento no território e da atualização de acordos entre gestores e famílias. O diagnóstico aqui apresentado, realizado cinco anos depois da implantação do Termo de Compromisso com as famílias do Vale do Bocaina, no Retiro, visa apresentar as apreensões gerais das famílias que participaram do diagnóstico, sobre os aprendizados envolvidos nos cinco primeiros anos de retomada do território sob regras claras.

O Termo segue uma estrutura baseada em permissões, permissões condicionais e proibições que são descritas em linhas gerais abaixo.





PERMISSÕES
SEM NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO AO ICMBIO
Agricultura familiar de subsistência e pequena comercialização (2 hectares por família nas áreas de uso consolidado)
Manejo de plantas no quintal, extrativismo vegetal, manejo do coco da macaúba
Aproveitamento de madeira das áreas de roçado
Utilização de barro e argila para artesanato e uso doméstico
Churrasco e barracas para pernoite de visitantes no próprio terreno
Travessias pelas trilhas de uso histórico, a pé ou a cavalo
Criação de animais de grande porte em regime semi-extensivo, apenas à margem direita do rio Bocaina; limite de 20 animais por família
Criação de animais domésticos de pequeno porte; cercamento obrigatório para porcos em área distante do rio e córregos
Pesca para consumo próprio

PERMISSÕES
COM COMUNICAÇÃO PRÉVIA AO ICMBIO
Corte ou eliminação de plantas não nativas
Reforma das estruturas existentes
Receber visitantes no próprio veículo, avisando previamente a portaria
Comercialização de produtos, exceto produtos em vidro e bebidas alcoólicas
Acesso de prestadores de serviços (energia, telefonia, saneamento, serviço de saúde)
Prestação de serviços para turistas
Estabelecimento de ponto de comercialização de alimentos, artesanato etc.
Melhoria das condições da estrada de acesso às casas





PERMISSÕES

MEDIANTE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AO ICMBIO

Corte de plantas nativas em caráter emergencial

Uso do fogo para preparação do roçado (queima controlada)

Construção/instalação de estruturas úteis e necessárias (banheiro, sistema de fossa, bomba d'água, ligação de energia, estrutura de apoio à criação de animais)

Reconstrução das casas cujos alicerces ainda estão presentes

Construção de novas benfeitorias necessárias à família moradora

RESTRIÇÕES (PROIBIÇÕES)

COM COMUNICAÇÃO PRÉVIA AO ICMBIO

Arrendamento ou empréstimo das áreas a terceiros

Aluguel das casas

Cobrança aos turistas pela visitação dos atrativos ou restrição de acesso

Corte de espécies arbóreas de plantas nativas

Criação, comércio e domesticação de animais silvestres

Barramento nos cursos d'água

Tanques para aquicultura e introdução de peixes exóticos

Enterrar ou deixar lixo não orgânico exposto

Uso do fogo na vegetação nativa

Novas construções para moradia

Uso de agrotóxico e plantio de transgênicos



Imagem 36: Portaria do Retiro. Fonte: Acervo do Projeto, 2025.





PORTARIA
RETIRO
→

PROTEJA
NOSSA FAUNA

Bem-Vindas (as)
ao PARQUE NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ
PORTARIA 2 - RETIRO

ATENÇÃO

VOCÊ ESTÁ ENTRANDO EM UMA
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

• É PROIBIDO ENTRAR COM BEBIDAS
ALCOOLICAS

• É PROIBIDO ANIMAIS DE
ESTIMAÇÃO (Lei 8401/72 art. 197º)

• É PROIBIDO FAZER FOGUEIRAS
E CHURRASCO

• SOMOS SÓ DA NATUREZA!

• DEIXE TUDO COMO ESTÁ:
PLANTAS, ANIMAIS E PEDRAS

• SEJA RESPONSÁVEL PELO SEU
LIXO!

• RISCOS E PERIGOS: ANIMAIS
PECONHENTOS, CABEÇA D'ÁGUA E

OUTRAS FORÇAS DA NATUREZA
ESTÃO PREPARADAS PARA IM-

PREVISTOS: NÃO TEMOS SERVI-
ÇO DE RESGATE!

ENTRADA: 8:00 às 16:00 hrs
SAÍDA: 12:00 hrs

Vos

LIMITE DE
VEICULOS
DO VILAREJO
DO VILAREJO

Imagem 37: Portaria do Retiro. Fonte: Acervo do Projeto, 2025.

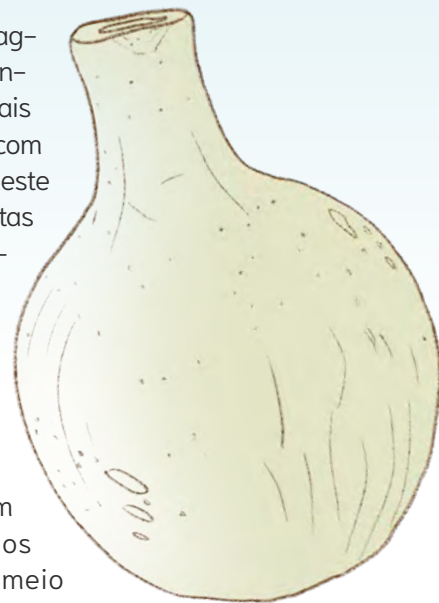
Diagnóstico socioparticipativo do Termo de Compromisso: Comunidade do Retiro e Parque Nacional da Serra do Cipó

a) Metodologia

Ao longo do dia 23 de abril de 2024, foi realizada na comunidade do Retiro a “Oficina de Diagnóstico do Termo de Compromisso” que, sob coordenação da professora Ana Beatriz Vianna Mendes, uniu estudantes de graduação e pós-graduação em antropologia e ciências socioambientais (vinculados ao Projeto Cipó), técnicos e analistas do PNSCi e as famílias do Retiro. Em parceria com o ICMBio e com as famílias do Retiro, a oficina visou criar dados que permitissem a elaboração deste diagnóstico socioparticipativo. Trata-se de uma investigação qualitativa, apoiada em entrevistas realizadas através de questionários semiestruturados e observações de campo junto à comunidade do Retiro. O diagnóstico teve os seguintes objetivos: (1) compreender a experiência das famílias do Vale da Bocaina com o Termo de Compromisso cinco anos após sua implementação, em 2019; e (2) construir um conjunto de dados para subsidiar a revisão deste instrumento.

Durante a manhã houve um rico momento de apresentação e trocas entre o grupo de pesquisa, os gestores e as famílias. Na parte da tarde a equipe da UFMG conduziu as entrevistas com as famílias presentes. Todos os núcleos familiares foram convidados a participar, com o objetivo de assegurar que todas as perspectivas fossem ouvidas. A equipe do Projeto Cipó, os servidores do ICMBio e os próprios comunitários foram parceiros na realização de um amplo chamado à comunidade do Retiro, por meio de telefone, whatsapp e de visitas presenciais. Pode-se dizer que uma boa amostra da comunidade esteve presente, representando as famílias dos Siqueira e dos Rosa dos Anjos. Entre os presentes, havia signatários e não signatários do Termo de Compromisso.

2





Na tabela abaixo estão listados os respondentes dos questionários. Vale dizer que a presença oscilou entre o período da manhã e da tarde, tendo em vista compromissos previamente assumidos. No caso da aplicação dos questionários semiestruturados, optou-se por ouvir as pessoas a partir de seus núcleos familiares, em vez de uma a uma, acreditando-se que essa seria a maneira mais estratégica de reu-

nir informações representativas para a revisão do TC. Tendo em vista que nem sempre os integrantes do mesmo núcleo familiar têm perspectivas semelhantes sobre as mesmas questões, as/os entrevistadoras/es tiveram uma abordagem atenta para checar entendimentos diferentes e divergências de opiniões e, ao menor sinal de sua presença ao longo das entrevistas, registrá-los sempre que pertinente.

Quadro 1: Pessoas que participaram da Oficina de Diagnóstico do Termo de Compromisso

	RESPONDENTE PRINCIPAL	ACOMPANHANTE
1	Antônio Ferreira Filho (Peixe)	—
2	Geralda Conceição Ferreira da Silva	Istael Ferreira
3	Magaly de Oliveira Patrício	Marlene de Oliveira (mãe)
4	Raquel Inácio Patrício	José do Carmo Patrício (pai)
5	Ildeu Tarcísio de Siqueira	Maria de Fátima Moura (esposa)
6	Norma Maria Viana	Raimundo Nonato
7	Expedita Alves Monteiro	Maria Aparecida Alves Monteiro (irmã)
8	José Rosa dos Anjos (?)	Ari Rosa dos Anjos e Davi Rosa dos Anjos
9	João Ferreira da Silva (Joãozinho)	José Ferreira da Silva (Zé da Ci) • Milton Ferreira da Silva (Nico) Guimar Anette da Silva (Netinha) • Vânia Ferreira da Silva

Fonte: Elaboração própria





Imagem 38: Disposição dos guichês temáticos na Oficina de Diagnóstico do Termo de Compromisso. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2024.





As entrevistas foram conduzidas ao longo da tarde, em um esquema de rodízio denominado “guichês temáticos”, onde cada núcleo familiar passava por diferentes estações voltadas a tratar de temas específicos, a saber: estrutura da casa, uso do terreno, plantações, criação de animais, turismo e relação com o ICMBio. Essa abordagem permitiu o acesso a informações detalhadas sobre essas várias dimensões da experiência dos moradores em relação ao TC. As entrevistas em cada guichê foram conduzidas a partir dos questionários semiestruturados temáticos, com perguntas abertas e fechadas, o que facilitou tanto a coleta de perspectivas subjetivas, quanto a quantificação de dados objetivos sobre os temas trabalhados. Em cada guichê, havia um pesquisador, que fazia a entrevista a partir do questionário temático semiestruturado e a família entrevistada, por vezes representada por uma pessoa, por vezes por quatro ou cinco. Cada tema era trabalhado em média em cerca de vinte a trinta minutos, com cada família.

A metodologia buscou captar não apenas respostas diretas, mas também nuances e percepções individuais e coletivas da comunidade sobre o uso do território e a convivência com o Parque. A escolha desse método possibilitou uma abordagem flexível, onde os entrevistados tiveram a liberdade de compartilhar suas experiências, percepções e questões pessoais sobre o TC. Cabe salientar que como o projeto já desenvolve pesquisas e ações junto à comunidade há mais de dez anos, as famílias tinham um contexto de diálogo relativamente facilitado, já que contextos historicamente marcados por conflitos e autoritarismo podem levar a dificuldades para a livre expressão de ideias e sentimentos. Muitas vezes, além das respostas dadas às entrevistas, a equipe complementou as perguntas a partir da vivência e de conhecimentos que já tinha em relação à família ou ao território. Isso também contribuiu para a análise dos resultados, a posteriori, permitindo aos pesquisadores uma compreensão contextual mais profunda das interações entre a comunidade, o território e a gestão local do ICMBio.





Imagem 39: Oficina de Diagnóstico do Termo de Compromisso. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2024.





Imagem 40: Reunião para apresentação do Diagnóstico, na casa do Joãozinho. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.





Imagem 41: Reunião para apresentação do Diagnóstico, na casa do Joãozinho. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.





Imagem 42: Oficina para tratar sobre as obras da Portaria do Retiro. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2014.





Os dados foram processados e analisados pelo grupo de pesquisa com o intuito de identificar padrões, demandas recorrentes e questões sensíveis. A análise seguiu uma abordagem mista, na qual os dados quantitativos foram sistematizados para fornecer um panorama das condições objetivas, como a quantidade de animais por família e o fluxo de permanência/visitação ao Retiro, e, em paralelo, foi realizada uma análise qualitativa das falas dos entrevistados, buscando mapear temas recorrentes e captar as nuances das percepções individuais e coletivas sobre o TC. As informações obtidas com essas análises estão apresentadas neste relatório, como forma de apoiar a revisão do Termo de Compromisso, oferecendo uma base de informações que podem aprimorar a convivência e os acordos entre a comunidade do Retiro e o ICMBio.

A título de esclarecimento, nem todos os entrevistados passaram por todos os guichês temáticos devido à dinâmica da oficina e à (in)disponibilidade de tempo de alguns dos entrevistados. Isso explica por que, na análise dos dados, o montante de respondentes varia entre sete e nove entre os tópicos. Os dados quantitativos são apresentados na forma de “a/b entrevistados” onde “a” corresponde ao número de pessoas que responderam da maneira mencionada e

“b” o número total de respondentes daquela questão. Eles são apresentados dessa maneira para facilitar ao leitor a percepção de proporcionalidade das respostas. Importante reforçar que esse número, sete a nove entrevistados em cada tópico, corresponde aos núcleos familiares (respondente principal e acompanhantes) e não a cada pessoa individualmente que participou das entrevistas.

Outro aspecto importante é que esse diagnóstico é um retrato da situação e da percepção das famílias em abril de 2024. Naquele momento, algumas famílias estavam vivendo o recente retorno ao território, outras ansiavam por retornar, e outras estavam se readaptando ao retorno recente de irmãos, parentes e amigos. O questionário permitiu um retrato estático de situações transitórias, em transformação, e deve ser visto nesta perspectiva.

Os resultados estão divididos conforme os temas tratados em cada guichê-temático:

- Casas e infraestrutura
- Terrenos e histórico de ocupação
- Plantio e práticas agrícolas tradicionais
- Animais
- Turismo
- Relação da comunidade com o ICMBio





Imagem 43: Ildeu e Fatinha. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2024.



Imagem 44: Cidinha. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2024.



Imagem 45: Magaly. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2024.



Imagem 46: Deusdita. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2024.



Imagem 47: Irmãos Davi e Ari Miné. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2024.





Imagem 48: João Miné. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2023.



Imagem 49: Zé Miné (*in memoriam*). **Fonte:** Acervo do Projeto, 2023.



Imagem 50: Marlene **Fonte:** Acervo do Projeto, 2018.



Imagem 51: Joãozinho e Geralda. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.



Imagem 52: Dona Zinha(*in memoriam*). **Fonte:** Acervo do Projeto, 2017.



Imagem 53: Nedil e Geralda. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2023.



Imagem 54: Istael. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.



Imagem 55: Marquinhos. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.



Imagem 56: Seu Francisco. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.



Imagem 57: Raquel. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2026.



Imagem 58: Cidinha e Zé do Levi. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2026.



Imagem 59: Dona Piedade (*in memorium*). **Fonte:** Acervo familiar, gentilmente cedida ao projeto.



b) Resultados

i) Casas e infraestrutura

RESIDÊNCIAS E UTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

- 7/9 entrevistados possuem uma casa construída no Retiro, enquanto 2/9 ainda não têm casa no local, mas expressam o desejo de construir.
- 4/9 famílias passam mais tempo no Retiro do que na cidade, 2/9 vivem entre o Retiro e a cidade e 3/9 passam mais tempo na cidade.
- 4/9 entrevistados construíram a casa conforme o antigo alicerce. A quantidade de cômodos nas casas varia de 2 a 6, entre quartos, sala, cozinha, banheiro e paiolzinho. Das casas já construídas dos moradores entrevistados, 3 não têm banheiros.

Quadro 2: Perfil das casas do Retiro

MORADOR	QUANTIDADE DE CÔMODOS	DESCRIÇÃO DOS CÔMODOS
Peixe	3	1 quarto, 1 sala e 1 cozinha
Geralda	3	1 quarto, 1 cozinha e 1 banheiro
Marlene e Magaly	6	3 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 1 banheiro
Ildeu e Fatinha	5	1 quarto, 1 cozinha, 1 banheiro, 1 sala e 1 paiolzinho
Davi	5	1 cozinha e 4 quartos
Joãozinho	6	2 quartos, 1 sala, 1 cozinha e 2 banheiros
Istael	2	1 quarto e 1 cozinha

Fonte: Elaboração própria





Imagem 60: Casa do Joãozinho. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2017.



Imagem 61: Casa Lucas e Geralda. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2017.



Imagem 62: Casa Nedil e Geralda - Casa Torta. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2017.



Imagem 63: Ruínas da casa da Carmesina. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2017.

Imagem 64: Casa da Geralda e do Zé Antônio. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2017.





Imagem 65: Casas dos Miné. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2023.



Imagem 66: Casa do Peixe. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2017.

Além destes, que já têm casa no Retiro, as irmãs Expedida Alves Monteiro e Maria Aparecida Alves Monteiro; os irmãos José do Carmo Patrício e Francisco Patrício Ferreira; e os filhos de Dona Carmesina não têm casa construída no Retiro, e tinham interesse em reerguê-las sobre os alicerces das casas antigas, para conseguir ficar no território. Duas outras famílias que não participaram da oficina e que nunca deixaram de viver no Retiro são: o Sr. Zé do Levi (e sua companheira Fatinha) a Dona Piedade (e seu irmão Dionísio) – os irmãos, infelizmente falecidos em 2026 e 2025, respectivamente.

A maior parte dos entrevistados tem casa na cidade e vive entre a cidade e o Retiro, com exceção do Ildeu e da Fátima que vivem somente no Retiro. Os entrevistados informaram que a casa na cidade é própria, com exceção da Geralda que mora em casa alugada.

A presença das casas no Retiro indica o vínculo das famílias com o território e a continuidade do seu uso. A intenção de construir por parte daquelas que não possuem casas construídas indica um processo





de re-territorialização onde a retomada da conexão concreta das pessoas com o lugar é movida pela memória e vínculo afetivo, bem como pelos direitos territoriais assegurados com o Termo de Compromisso.

NECESSIDADE DE REFORMA E RECONSTRUÇÃO

- 4/9 entrevistados indicaram que suas casas necessitam de reformas, 2/9 desejam reconstruir suas residências e 3/9 disseram que a casa não precisa de reforma.

Quadro 3: Reformas demandadas e dificuldades para realizá-las

MORADOR	TIPO DE REFORMA	NÃO REFORMOU PORQUE
Peixe	Rachaduras	Falta de recursos
Geralda	Mais um quarto	Ainda não foi autorizada
Magaly	Transformar o paiol em um quarto para os irmãos	Já foi autorizado, mas ainda não teve condições de construir
Ildeu	Construir mais 2 quartos, varanda e banheiro	A situação da estrada inviabiliza o transporte de materiais
Joãozinho	Mais quartos	Ainda não foi autorizado

Fonte: Elaboração própria.

Para contextualizar: o TC instituiu o que ficou conhecido entre as famílias como a “regra do alicerce”. Trata-se da determinação de que novas construções só poderão ocorrer sobre os alicerces de casas antigas. Nenhuma nova construção poderá ser autorizada, a não ser sob essa condição: estar restrita à área do alicerce pré-existente.

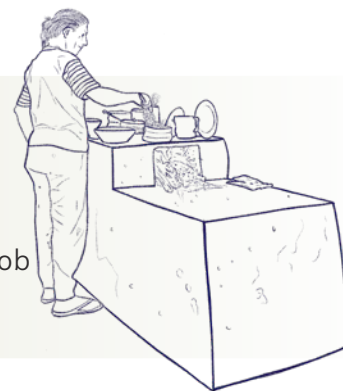




Imagem 67: Alicerce Onofre e Seu Francisco. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2017.

Sobre a demanda de reconstrução da casa, há três requisições: a família de Onofre e Francisco; a família de dona Carmezina e a família das irmãs Maria Aparecida e Expedita Alves Monteiro. Apesar de já terem recebido autorização, Raquel diz que seu pai e tio (Francisco e Onofre) ainda não reconstruíram a casa por receio. Segundo Raquel, “como são quatro



Imagem 68: Raquel, no alicerce da casa de sua família. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2026.

irmãos, se fosse construir conforme o alicerce existente, ficaria pequeno”. A família de Dona Carmezina, recentemente falecida, diz que o terreno deles tem três alicerces e que ainda aguardam autorização do ICMBio para reconstrução. As irmãs Cida e Expedita não construíram porque estão aguardando autorização. Há um pedido para construção de uma cozinha



externa a uma casa que já existe no terreno da família. Elas afirmaram que “havia uma outra construção da avó na região do Retiro, mas como a casa era de pau-a-pique não tem alicerce”.

As famílias em geral tendem a concordar com a “regra do alicerce”, cientes de que são numerosas e considerando a importância do ordenamento da ocupação de modo sustentável. Mas quase nenhuma casa tinha banheiro, e esse é um fator importante para a qualidade de vida das famílias. Segundo os entrevistados, as reformas e reconstruções são limitadas por fatores como autorizações formais do ICMBio, falta de recursos por parte das famílias e construções relacionadas ao crescimento da família e à “regra do alicerce”. A necessidade de reformas está vinculada tanto a condições estruturais quanto a uma demanda de adaptação às condições de vida atuais, como a construção de banheiros e quartos adicionais. O tempo de espera para as autorizações afeta diretamente as condições de habitabilidade dos moradores. As limitações de espaço tomando como referência o alicerce existente e o uso temporário de barracas enquanto aguardam autorização

evidenciam os desafios enfrentados para manter o vínculo com o território.

SITUAÇÃO DAS CASAS ANTES E DEPOIS DO TERMO DE COMPROMISSO

Segundo os nove entrevistados, antes do Termo de Compromisso não houve pedidos de reconstrução e houve dois pedidos concedidos para reforma, do Joãozinho e do Peixe, especificamente para a instalação de banheiros. Após o TC houve pedidos concedidos de reconstrução das casas conforme o antigo alicerce.

Com relação às reformas, Geralda, Magaly e Ildeu tiveram pedidos concedidos para reformar, e outros seguem aguardando autorização, como Maria Aparecida e Expedita que pretendem construir um “paiol” (cozinha externa) enquanto aguardam por novas resoluções com relação ao uso do terreno que compartilham com sua família. Cabe acrescentar que foram autorizadas pelo ICMBio a construção de “cozinhas externas” próximas às casas que já tinham alicerce, mas que nelas não poderia ter parede até o teto, apenas meia-parede.





Imagem 69: Cozinha e casa da Deusdita. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2017.



Imagem 70: Cozinha da Deusdita. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2017.



Imagem 71: Casa da Geralda e do lado direito sua cozinha aberta.
Fonte: Acervo do Projeto, 2018.



Imagem 72: Cozinha da Geralda. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2018.





Imagem 73: Casa torta. Fonte: Acervo do Projeto, 2023.



Imagem 74: Casa dos Miné. Fonte: Acervo do Projeto, 2025.

Pode-se verificar através das entrevistas que o Termo de Compromisso trouxe uma estrutura formal para a realização das reformas e construções, mas também impôs limitações, como a regra do alicerce, que restringe as dimensões das novas construções e a adequação das casas às necessidades contemporâneas das famílias. Isso influencia sobremaneira o modo como os moradores serão capazes ou não de atender às suas necessidades. Apesar da regra de construção sobre o alicerce original, há exceções em que foram autorizadas transformações um pouco mais expressivas, como por exemplo, duas pequenas casas no caso dos Minés e da Istael.



Imagem 75: Casa Istael. Fonte: Acervo do Projeto, 2023.





ENERGIA ELÉTRICA

- 5/9 possuem acesso à energia elétrica, enquanto 2/9 não possuem. Outras duas pessoas não possuem acesso à energia porque não têm casas no Retiro.

Há ainda os dois outros núcleos familiares que vivem no Retiro e não participaram da oficina, o Zé do Levi e a Dona Piedade, sendo que o primeiro tem energia elétrica em sua casa e a segunda optou por não ter energia elétrica.

A falta de acesso à eletricidade afeta atividades cotidianas, como a iluminação e a carga de celulares, considerada uma necessidade premente. A expectativa pela instalação de energia por parte da

Cemig destaca uma demanda contínua por infraestrutura básica, mas as dificuldades com documentação e atrasos têm sido um obstáculo para algumas famílias, com destaque para o caso da família dos Miné. Os dois entrevistados que não possuem casa no Retiro e não têm acesso à energia elétrica na comunidade atribuem a isso o fato de não passarem a maior parte do seu tempo no território.

ACESSO E QUALIDADE DA ÁGUA

- 4/9 entrevistados relataram graves problemas em relação à qualidade da água atribuídos à presença massiva de visitantes (turistas) no Parque.

Quadro 4: Acesso e tratamento de água nas casas do Retiro

Morador	De onde vem a água	Como a água chega à casa	Tratamento utilizado
Peixe	Rio Bocaina	Bomba de água	Nenhum
Geralda	Rio Cipó	Bomba de água	Filtra
Magaly	Rio Bocaina	Busca em baldes	Ferve
Ildeu	Nascente	Mangueira	Filtra
Davi	Nascente	Mangueira	Nenhum
João Ferreira	Rio Bocaina	Bomba de água	Filtra
Istael	Rio Cipó	Busca em baldes	Nenhum

Fonte: Elaboração própria.





Imagem 76: Poço de captação. Fonte: Acervo do Projeto, 2023.



A má qualidade da água leva as famílias a terem que comprar água ou a coletá-la em horários específicos durante os finais de semana. Nas entrevistas, Istael, Magaly e Joãozinho relataram já terem encontrado “fezes, fraldas e aspecto de protetor solar” nas águas que são utilizadas pelos moradores no dia a dia. Eles mencionam que a poluição da água se deve à presença de turistas e à falta de banheiros no Parque.

Devido à contaminação de água, os moradores se veem obrigados a comprar água para beber ou pegar água para o consumo somente pela manhã (quando o Parque ainda não está cheio) nos cursos d’água. Esse problema já foi discutido com a Copasa, que entrou em contato para instalar rede de esgoto e banheiro no Parque, indicando a necessidade de envolvimento de terceiros para a solução dos problemas hídricos e de saneamento no Retiro.

ESTRADA E CONDIÇÕES DE MOBILIDADE

- 5/9 famílias identificaram a necessidade de reforma na estrada e melhorias nas vias de acesso às casas da comunidade, e 6/9 entrevistados entendem que essa demanda deve ser resolvida junto ao ICMBio e à Prefeitura de Santana do Riacho.

A condição das estradas impacta diretamente a mobilidade das famílias, especialmente durante os períodos de chuva onde elas se tornam esburacadas, em alguns trechos tem córregos que ficam muito volumosos e há o aumento de vegetação sobre a estrada. Segundo Ildeu e Fatinha, a estreiteza da estrada é um problema que dificulta a mobilidade de quem mora mais à frente na estrada. Esse é um dos motivos que os impedem de reconstruir sua casa, porque, segundo eles, há grande desafio no transporte de materiais para construção.

Há uma demanda específica de reforma da estrada próximo ao córrego e à casa do Ildeu, onde o córrego enche e impede a passagem daqueles que moram após o córrego. Houve reuniões com o ICMBio para discutir a instalação de uma ponte neste local, refletindo o desejo das famílias por melhorias concretas e imediatas, mas até o momento da oficina não houve o encaminhamento dessa questão.

ACESSO A SINAL DE TELEFONE E INTERNET

- 7/9 relataram dificuldades com o sinal de celular no Retiro.





O acesso limitado ao sinal telefônico também desafia os moradores, especialmente aqueles que realizam vendas no local, como Magaly, que mencionou dificuldades com pagamentos via pix. A precariedade desse serviço impacta o desenvolvimento de atividades econômicas de base local.

VISITAS E USO DO ESPAÇO

A maioria dos entrevistados recebe familiares e amigos nos finais de semana. Durante a semana, as casas das famílias permanecem menos movimentadas.

A frequência e a natureza das visitas revelam o uso do Retiro como um espaço de convivência familiar. Ao tratarem das visitas, os entrevistados relataram dificuldades quanto à infraestrutura de suas residências, incapazes de abrigar suas famílias, e as dinâmicas de entrada no Parque que dificultam a chegada dos seus familiares e visitantes convidados. As limitações de transporte e as condições precárias do lugar, relacionadas à estrutura das habitações e condições socioprodutivas, desestimulam a presença contínua das famílias no território.

ii) Terrenos e histórico de ocupação

ANTIGUIDADE DA OCUPAÇÃO

- 7/7 entrevistados afirmaram que suas famílias estão no Retiro há mais de cinquenta anos, e todos reconhecem os avós ou bisavós como os primeiros ocupantes do território.

A antiguidade do vínculo com o lugar está manifesta na genealogia da ocupação da região. Mesmo no caso de famílias que vieram das Bandeirinhas (como é o caso da família da Marlene), o vínculo com o território do Parque e com os modos de vida tradicionais se atualizam através de trabalhos como os de brigadista e de Apoio Técnico Administrativo.

FORMA DE CHEGADA E CONDIÇÃO DE POSSE ORIGINAL

- 4/7 entrevistados indicaram que suas famílias vieram para trabalhar em suas próprias terras, enquanto 1/7 relatou ter chegado para trabalhar em terra de terceiros, e 2/7 não souberam responder.

Sobre a condição fundiária original, 4/7 disseram que as terras eram propriedade dos avós ou bisavós, 1/7 relatou que a terra era arrendada e 2/7 não souberam informar.





HERANÇA E FORMALIZAÇÃO DA POSSE

Quanto à herança da terra, 3/7 entrevistados afirmaram que houve formalização de partilha, 1/7 afirmou ter herdado a posse sem documentação, 3/7 não responderam.

Entre os que responderam, pode-se verificar que o tamanho das áreas herdadas varia entre mais de 100 hectares (1), entre 50 e 100 hectares (1) e entre 1 e 3 hectares (2).

INDENIZAÇÕES E CONFLITOS DE POSSE

Segundo os entrevistados, apenas a família de João Ferreira da Silva recebeu uma indenização parcial em função da criação do Parque. Os demais dizem não ter recebido indenizações pelo título da terra.

NATURALIDADE DOS MORADORES

Todas as pessoas entrevistadas nasceram na comunidade do Retiro, assim como seus pais e avós, dos lados paterno e materno. Constituem únicas exceções Marlene de Oliveira Silva, que veio das Bandeirinhas, cujo pai nasceu na região dos Melo e a mãe é nascida em Itambé Exceto pelo pai de José Rosa dos Anjos, nascido na região Cabeça de Boi, e pelos pais de

Marlene de Oliveira, pai nascido na região do Melo e a mãe nascida em Itambé do Mato Dentro. E o pai da família Rosa dos Anjos (conhecida como Miné), que veio de Cabeça de Boi. Cabe destacar que essas outras regiões também incidem no interior do Parque Nacional da Serra do Cipó, e as comunidades que ali viviam já foram desintegradas há muitos anos.

TAMANHO DAS FAMÍLIAS E USO ATUAL DOS TERRENOS

A maior parte das famílias é composta por núcleos domésticos extensos, onde 3/7 entrevistados têm entre 4 e 5 filhos, 2/7 têm entre 1 e 3 filhos e 2/7 não têm filhos.

Quanto ao uso atual do território, 6/7 entrevistados disseram morar, plantar e criar animais; 1/7 não mora nem planta atualmente, mas mantém vínculo cotidiano com o lugar.

DISTRIBUIÇÃO FAMILIAR E CONVIVÊNCIA NO TERRENO

Quando perguntados sobre com quantas pessoas convivem no lugar, 5 entrevistados disseram que convivem entre 1 e 3 pessoas, 2 entrevistados entre 4 e 5, e 1 entrevistado entre 6 e 10 pessoas.





Segundo os entrevistados, a convivência familiar no Retiro é relativamente harmoniosa, sendo comum nos relatos a menção a uma boa relação também entre vizinhos. Para aqueles que convivem com um maior número de familiares, como as irmãs Maria Aparecida e Expedita e os Minés, há uma complexidade adicional no uso do espaço que reflete o desejo por ampliação das casas e do terreno para acomodar as necessidades de cada núcleo familiar de forma mais independente.

CONTINUIDADE DO VÍNCULO E RETORNO AO RETIRO DEPOIS DO TERMO DE COMPROMISSO

- 4/7 entrevistados nunca deixaram de viver no Retiro, 3/7 se afastaram por um período de vinte a quatro anos, 1/7 se afastou há cerca de vinte anos. No entanto, 2/7 voltaram a viver integralmente no Retiro após o Termo de Compromisso e 4/7 passaram a viver de forma intermitente.

Quanto ao tempo presente no território, 3/7 disseram passar a maior parte do tempo no Retiro, 3/7 passam mais tempo na cidade e 2/7 dividem o tempo entre Retiro e cidade.

CONVIVÊNCIA COM VIZINHOS E ESPAÇOS COLETIVOS

- 7/7 entrevistados disseram que há bom convívio entre os vizinhos do Retiro. 5/7 afirmaram se encontrar com os vizinhos em grupos de reza e cultos, 2/7 em atividades religiosas (igreja) e 1/7 durante caminhadas pela serra.

Esses dados revelam que, mesmo com as intermitências de presença, as redes de sociabilidade comunitária seguem ativas e são ancoradas na religiosidade popular e nos usos comuns do território.

USO HISTÓRICO E ATUAL DO TERRENO

- 7/7 entrevistados informaram que as terras eram utilizadas como local de moradia por seus antepassados. 5/7 mencionaram a criação de gado e outros animais como uso central e 4/7 indicaram o plantio como uso central.

A sequência de fotos apresentadas abaixo estão no documento intitulado “Relatório – Principais Atividades Realizadas para Implantação do Parque Estadual da Serra do Cipó” publicado pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC em 1982.





Imagem 77: Foto da casa antiga de Geraldo Ferreira de Siqueira. **Fonte:** Relatório – Principais Atividades Realizadas para Implantação do Parque Estadual da Serra do Cipó, CETEC, 1982.





78



79



80

Imagens 78, 79 e 80: Foto da casa antiga de Antônio Ferreira de Siqueira. **Fonte:** Idem.

Após o Termo de Compromisso, a maioria dos entrevistados (6/7) usa o terreno principalmente para moradia e plantio, mas há também quem utiliza o terreno como espaço de lazer.

A mudança de uso nos últimos anos reflete uma adaptação às novas regulamentações do Parque, com algumas famílias reduzindo a criação de animais e focando no plantio e na moradia contínua ou intermitente. Essa adaptação é tanto uma resposta às normas do Parque quanto uma forma de preservar o vínculo com o território.





NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM O TAMANHO DO TERRENO

- 6/7 entrevistados disseram estar satisfeitos com o tamanho do terreno. 1/7 (Maria Aparecida) expressou desejo de ampliar o terreno, principalmente para viabilizar o uso por mais de uma família.

Maria Aparecida e Expedita Alves disseram que na época da assinatura do Termo de Compromisso ambas residiam em outra cidade (Raposos, MG) e que em decorrência deste fato uma outra pessoa assinou o TC, passando a ser a responsável legal pelo terreno que compartilham. Elas desejam utilizar o terreno como local de lazer e construir uma casa de veraneio. Inicialmente, elas demonstraram interesse em viabilizar o uso concomitante do espaço com essa outra moradora através da permissão para a construção de mais uma casa de modo que possam conviver sem que limitem ou interfiram nas rotinas umas das outras.

iii) Plantio e práticas agrícolas tradicionais

MEMÓRIA E TRANSMISSÃO DO SABER AGRÍCOLA

Todos os entrevistados (8/8) afirmaram ter passado a infância no Retiro, em um contexto no qual o plantio era parte central do modo de vida familiar.

Todos se recordam das atividades agrícolas realizadas por suas famílias, incluindo o cultivo de arroz, feijão, mandioca, milho, hortaliças, frutas e a extração de recursos da serra, como flores secas e taquara. Também afirmaram ter aprendido a plantar com os pais ou avós, iniciando o trabalho ainda na infância, muitos com menos de dez anos:

Nós fazia rapadura. Nós plantava de tudo, arroz, feijão, só não plantava macarrão e óleo... era café, feijão, laranja, limão, banana... (Raimunda).

Nós colhia arroz demais da conta... arroz, feijão, mandioca, batata, jabuticaba, banana, horta, tomate (José Rosa).

Nós nasceu plantando... milho, feijão, amendoim, mandioca, arroz, laranja, mexerica, banana. Também colhemos flores secas na serra, taquara (Marlene).

A gente vivia de plantaçaõ... arroz, feijão, cana de açúcar, mandioca, amendoim, quintal era cheio de fruta... jabuticaba, abacaxi, marmelo, uva... plantava muita coisa, açafraõ, horta... da serra extraia flor... panha grossa, panha fina... fazia travesseiro (Maria Aparecida).

Plantava milho, andu, feijão, arroz, café, mandioca, cana, banana, laranja, mexerica, pêssego... da serra a gente extraia flor sempre-viva, cabeça de nego, pepeco" (Joãozinho).





Imagem 81: Plantação de arroz vermelho. **Fonte:** Foto compartilhada por comunitário à equipe, em 2024.



Imagem 82: Plantação de arroz vermelho. **Fonte:** Idem.



Imagem 83: Arroz vermelho secando. **Fonte:** Idem.



Além das técnicas agrícolas, 6/8 afirmaram que havia ritos, festas e rezas relacionados aos ciclos produtivos, como a “roda no pé de milho com todo mundo cantando e dançando”, “as novenas e o levantamento da bandeira” e as “festas da colheita que reunia todo mundo, fazia uma reza, queimadinho de leite com biscoito, com dança de roda”, demonstrando que além de prática de subsistência familiar, o plantio era também uma atividade cultural e coletiva.

INTERRUPÇÃO NA PRÁTICA DO PLANTIO

- 6/8 entrevistados disseram que, em algum momento, tiveram que interromper o plantio no Retiro.

Entre as causas apontadas, a principal foi a retirada das famílias do território pelo “Ibama” ou pelas diferentes gestões do Parque, inicialmente estadual e depois federal. Em alguns casos, como o de Maria Aparecida, a interrupção ocorreu ainda na infância, na década de 1970.

Apesar da interrupção forçada, todos (8/8) afirmaram que seguiram plantando depois de adultos. E, entre eles, 6/8 disseram que nunca deixaram de plantar completamente, seguindo a tradição que herdaram de seus pais que, segundo os entrevistados, plantaram até envelhecerem.

Nessas falas fica nítida a continuidade geracional das práticas agrícolas mesmo diante da perda das terras familiares.

Imagem 84: Prensa de coquinho de macaúba. **Fonte:** Acervo do Projeto Cipó, 2023.



Imagem 85: Coquinho de macaúba. Acervo do Projeto Cipó, 2023.





Imagem 86: Coquinho de macaúba. **Fonte:** Acervo do Projeto Cipó, 2023.

CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL

Entre as características do sistema agrícola praticado, foram apontadas: o sistema de rodízio de terras ou capoeiras; a prática da queima de capoeira (coivara) como técnica de preparo da terra para o plantio e a preparação de aceiros; a produção voltada à subsistência e trocas com vizinhos; e a existência de mutirões e trocas de dias de trabalho como forma de cooperação comunitária.

- 7/8 entrevistados afirmaram não terem recebido multa por questões relacionadas ao roçado ou

queima, embora reconheçam que, em determinados períodos, o plantio era feito com receio da fiscalização.

MUDANÇAS NA DINÂMICA DE PLANTIO APÓS O TERMO DE COMPROMISSO

Quanto às mudanças na dinâmica de plantio após o Termo de Compromisso, os entrevistados se dividem entre aqueles que disseram que houve mudanças (4) e aqueles que disseram que não houve mudanças significativas (4).

Na análise dos dados pode-se perceber que o Termo de Compromisso não aparece como fator central das mudanças ou das permanências. Outros fatores aparecem como relevantes para o caso das mudanças: houve quem afirmou que a terra já não é mais produtiva como antes, e aqueles que disseram não ter mais condições físicas de realizar o plantio como antes. Na chave da continuidade, houve ainda aqueles que afirmaram que voltaram a plantar, do mesmo modo como se plantava antigamente.

- 6/8 afirmaram que, atualmente, é possível realizar a queima controlada para abrir áreas em pousio, e 4/8 consideraram que o processo de autorização é ágil o suficiente.



Imagem 87: Quintal da Geralda. Retomada do plantio em 2019, um ano após o Termo de Compromisso. **Fonte:** Acervo do Projeto Cipó, em 2019.



PRÁTICA ATUAL DE PLANTIO

- 7/8 entrevistados afirmaram que plantam atualmente no Retiro, sendo que 4/8 também plantam em outro local, como terrenos arrendados ou urbanos. Entre os cultivares estão: banana (5), feijão (3), arroz (2), mandioca (5), milho (2), amendoim (2), cana (2), hortaliças (2), frutas (2) como abacaxi, laranja, mexerica, mamão.
- 7/8 disseram que o plantio e a colheita são feitos por eles próprios, muitas vezes com apoio de filhos ou familiares. 5/8 afirmaram que plantam apenas em uma pequena porção do terreno enquanto 2/8 plantam em praticamente todo o terreno.

Todos (8/8) plantam hoje principalmente para subsistência, embora parte também utilize a produção para troca ou venda eventual.

- 5/8 disseram que gostariam de plantar algo a mais do que já plantam, como pomar de frutas e roças de feijão ou cana-de-açúcar, mas relataram impedimentos como falta de abrigo, ausência de banheiro ou energia elétrica no terreno, dificuldade para guardar ferramentas e baixa fertilidade do solo.

Não tenho lugar pra ficar... toda vez que eu venho plantar um pé de laranja, tenho que trazer

as ferramentas, depois tenho que voltar com elas... não tem lugar pra guardar... aí chove, não tem onde ficar... (Raimunda).

A terra não tá boa... e também quando a gente morava, tinha muita gente pra ajudar... agora não tem ninguém (José Rosa).

Apesar dessas limitações, todos os entrevistados disseram estar satisfeitos com o tamanho da área disponível para plantio embora 3/8 entrevistados entendem que não é feita uma boa gestão do terreno atualmente devido aos obstáculos logísticos e estruturais que pesam sobre a prática de plantio.



Imagem 88: Cultivo no quintal da Deusdita. **Fonte:** Acervo do Projeto Cipó, em 2019.





Imagem 89: Cultivo no quintal da Istael. **Fonte:** Acervo Projeto, em 2023.

DESAFIOS E DEMANDAS ATUAIS COM RELAÇÃO AO PLANTIO

As principais dificuldades relatadas para manter o plantio incluem: falta de estrutura física no terreno como banheiro, abrigo e casinha de ferramentas; baixa fertilidade da terra com muitos dizendo que a terra “não produz mais como antes”; falta de mão de obra devido ao envelhecimento ou ausência dos familiares; dúvidas sobre o que é permitido ou não; dificuldade de acesso ao terreno para quem não mora continuamente no Retiro.

Entre as sugestões que surgiram nas entrevistas para apoiar e fortalecer a prática agrícola no Retiro estão: a construção de estruturas de apoio nos terrenos (abrigos, banheiros, depósitos); maior clareza e agilidade nas autorizações de plantio e queima controlada; apoio à revitalização do solo com técnicas sustentáveis; criação de formas comunitárias de apoio mútuo ao cultivo e à colheita; garantia de permanência legal e infraestrutura mínima para que os moradores consigam trabalhar com mais segurança e autonomia.

iv) Animais

ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

- 7/9 entrevistados afirmaram que possuem atualmente animais de estimação, sendo mencionados principalmente cachorros (7/9) e gatos (5/9).

A quantidade de animais de estimação por família varia de 1 cachorro a onze gatos, com famílias que chegam a ter até dezesseis animais de estimação entre cães e gatos. 3/9 entrevistados mantêm os animais no Retiro e 4/9 cuidam dos animais na cidade (Serra do Cipó).





Existem restrições que, segundo Raquel, dificultam a entrada de cães de famílias do Retiro que ainda não possuem casa. Essa regra é questionada, pois limita a presença de animais pertencentes às famílias do lugar.

ANIMAIS DE CRIAÇÃO

- 8/9 entrevistados afirmaram possuir atualmente animais de criação no Retiro. 1/9 não possui criação atualmente, mas relata histórico familiar de criação.

Entre os animais criados atualmente, destacam-se: galinhas, presentes em 6/9 famílias; cavalos em 6/9 famílias; gado (boi ou vaca) em 4/9 famílias; e outros animais como pato, ganso e porco aparecem em menor frequência.

Todos os animais de criação são mantidos dentro do Retiro, com variações no manejo: criados soltos (5) ou mantidos presos ou em áreas delimitadas com alimentação baseada em restos de produção agrícola, capim natural ou ração (4). Os próprios familiares cuidam dos animais, incluindo alimentação, abrigo e, em alguns casos, aplicação de medicamentos.

- 9/9 entrevistados relataram que suas famílias já criavam animais no passado e que tinham muito mais animais no Retiro. Muitos ajudavam nos cuidados desde a infância, o que reforça o valor cultural e histórico da criação para o modo de vida tradicional.

Quadro 5: Criação de animais no Retiro

MORADOR	ANIMAIS DE CRIAÇÃO (QUANTIDADE)
Antônio (Peixe)	Galinha (20)
Geralda e Istael	Galinha (20), porco (1), cavalo (3)
Marlene e Magaly	Galinhas
Ildeu e Fatinha	Galinhas, gado (8) pato e ganso
Norma e Raimundo Nonato	Galinha (20), gado (5), cavalo (2)
João, José, Milton, Guiomar	Cavalo (1)
José Rosa dos Anjos	Cavalo (1)

Fonte: Elaboração própria.

INTERESSE E FINALIDADE DA CRIAÇÃO

- 6/9 entrevistados afirmaram ter interesse em manter ou ampliar a sua criação de animais, especialmente vacas de leite, para produção e venda de queijo, requeijão, cavalos, uso no transporte e no trabalho, e galinhas, para sub-



sistência e venda de ovos. 3/9 entrevistados não têm interesse em ampliar ou manter a criação, seja por limitações de tempo, por já considerarem suficiente ou por preferirem evitar conflitos.

A finalidade predominante da criação de animais é consumo próprio, venda eventual ou troca, atividades relacionadas ao turismo e rotina no campo (passeios a cavalo, produção de queijo). Essa multiplicidade reforça o caráter econômico-cultural da criação, articulando modos de vida e estratégias de sobrevivência.

Imagens 90, 91 e 92: Geralda, seu leitão e os ovos de suas galinhas. **Fonte:** Acervo Projeto, em 2023.



- 5/9 entrevistados mencionaram benefícios em manter criações no Retiro como facilidade de acesso e manejo de pastagens, espaço físico disponível para criações de pequeno porte, auxílio no controle do mato alto reduzindo o risco de incêndios, além de que a criação de animais é entendida como parte da memória e da paisagem do lugar.

IMPEDIMENTOS E DIFICULDADES COM RELAÇÃO AOS ANIMAIS

- 4/9 entrevistados apontaram impedimentos para a criação de animais relacionados às regras do Parque, como restrição ao corte de “mato” para fazer pasto e impossibilidade de ampliar o número de animais.

Entre as dificuldades práticas para manter os animais, foram mencionados a falta de pastagem adequada associada ao “mato alto”, falta de recursos para cercar os terrenos, dificuldade em cuidar dos animais devido aos custos da ração, presença de carrapatos e risco de doenças, e reclamações de turistas, associada ao medo de denúncias, sobre a presença de animais no Parque.

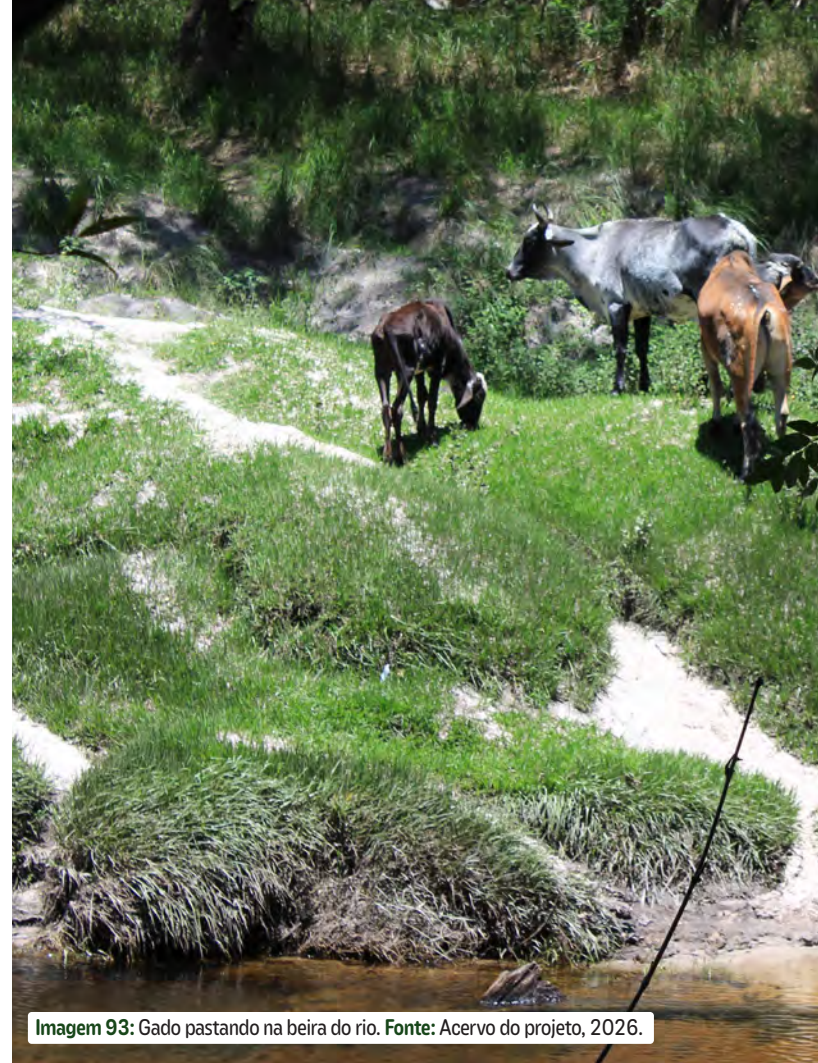


Imagem 93: Gado pastando na beira do rio. **Fonte:** Acervo do projeto, 2026.





QUANTIDADE DE ANIMAIS

- 8/9 entrevistados disseram não desejar ultrapassar vinte animais por família, demonstrando alinhamento com a regra estabelecida pelo Termo de Compromisso. Apenas 1/9 afirmou que gostaria de ter mais de vinte animais.

A redução no número de animais, especialmente de grande porte, reflete as mudanças impostas pela criação do Parque e as regulamentações associadas. Para algumas famílias, a criação de certos animais, como bois e vacas, não se alinha mais com o contexto de uma unidade de conservação, onde há regras para minimizar o impacto ambiental. A lógica de criação agora envolve uma abordagem mais funcional e limitada ao essencial.

CONFLITOS ASSOCIADOS À CRIAÇÃO DE ANIMAIS

- Com vizinhos: 1/9 relatou antigos conflitos com vacas bravas; os demais disseram que há boa convivência.
- Com turistas: 4/9 relataram medo ou reclamações por parte dos turistas, especialmente com animais soltos no Parque.





- Com o ICMBio: 3/9 citaram tensões com a gestão como exigência de plaquinhas de identificação, “recolhimento” de animais soltos e restrições ao número de animais.

Alguns turistas denunciavam situações de maus tratos ao verem animais soltos ou em condição de criação semiextensiva. Essa situação sugere a necessidade de orientações mais claras para os turistas, para que compreendam o manejo local e não interpretem erroneamente as práticas acordadas entre a comunidade e a gestão do ICMBio.

Para enfrentar os desafios com relação aos animais, os entrevistados sugeriram: fiscalizar e adotar medidas de controle em relação aos cachorros que são abandonados no Parque por gente de fora (Joãozinho, Cida); permitir entrada de animais de estimação para os moradores e aqueles que têm direito a viver no Retiro (Raquel); destinar um local para os animais de criação do Retiro onde possam ficar soltos (Norma); reforçar a necessidade de cuidado dos donos com relação aos seus animais (Fatinha, Marlene); restringir o número de criações (Antônio Peixe).

A restrição à entrada de cães no Retiro é uma regra que divide opiniões, com alguns moradores, como Raquel, aceitando a limitação para turistas, mas questionando sua aplicabilidade aos moradores, pois veem seus animais como parte da família. Também divide opiniões a questão de restringir o número de animais por família. De modo geral, as sugestões das famílias revelam um esforço coletivo para equilibrar a presença de animais e evitar problemas comuns, como a disseminação de carrapatos, contaminação das águas e outros impactos socioambientais.

v) Turismo

PRINCIPAIS ATRATIVOS

- 9/9 dos entrevistados, ou seja todos, concordam que a Cachoeira do Gavião é uma das principais atrações turísticas, e 8/9 indicaram também a Cachoeira do Tombador. Outros atrativos mencionados incluem o Bambuzal (5/9), as caminhadas pela serra e facilidade das trilhas (3/9), o restaurante do Ildeu e da Fatinha (1/9), a gratuidade do acesso às cachoeiras (2/9).



Imagem 94: Cachoeira do Gavião. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2026.



Imagem 95: Prainha do Bambuzal. **Fonte:** Acervo do Projeto, 2025.

Segundo os entrevistados, a presença de trilhas acessíveis e pontos de alimentação, como os restaurantes, contribuem para diversificar a experiência dos visitantes, demonstrando um potencial para expandir as atividades de turismo de base comunitária.



INTENSIFICAÇÃO DO TURISMO

- Todos (9/9) relataram um aumento no número de visitantes na Serra do Cipó, identificando diversos marcos temporais para a intensificação do turismo, incluindo o asfaltamento da rodovia, o aumento de pousadas e a criação do Parque.

Aumentou muito nos últimos dez anos, principalmente no Retiro. O Bambuzal é muito famoso, fica lotado em feriados. Tipo um “piscinão de ramos” (Raquel).

O Parque intensificou o turismo, que é muito importante para a economia e geração de empregos na região. Eu não sei o que seria da Serra do Cipó sem o turismo (Geraldina).

O turismo se intensificou com o Parque. O turismo é uma necessidade econômica da região (Istael).

Segundo os entrevistados, a intensificação do turismo é um fenômeno progressivo, impulsionado por melhorias de acesso e pela popularização da região. Para a comunidade, isso representa uma oportunidade de geração de renda, mas também exige que o ICMBio e a comunidade colaborem para gerenciar os impactos dessa atividade no Retiro.

PERFIL DOS VISITANTES (TURISTAS)

Dos entrevistados, 6/9 afirmaram que o perfil dos turistas mudou significativamente ao longo dos últimos



Imagem 96: Estacionamento da entrada do Parque. Fonte: Acervo do Projeto, 2024.

vinte anos, dividindo opiniões sobre essa mudança ter sido para melhor (4) ou para pior (2).

Os turistas de hoje são mais tranquilos e respeitosos em geral (Ildeu e Fatinha).

Antigamente gostavam mais de natureza. Hoje gostam de caixa de som e churrasco. Têm menos consciência e respeito com a natureza (Maria Aparecida e Expedita).

Antes os visitantes eram mais preocupados com o Parque, hoje vem querendo mais curtir, sem se preocupar com cuidados. Muito lixo e necessidades na água, antigamente não se via isso” (Raquel).

O crescimento do turismo e as mudanças no perfil dos visitantes refletem a crescente popularização do local, o que fortalece a economia da



região e, ao mesmo tempo, apresenta desafios de sustentabilidade e necessidade de aprimoramento da infraestrutura de apoio ao uso público. As mudanças nem sempre são vistas como positivas devido ao aumento da pressão sobre os bens naturais, incluindo a água para consumo das famílias, e dos impactos ambientais decorrentes da ampla visitação.

CONTROLE DE ACESSO

- 5/9 dos entrevistados consideram que não há controle suficiente na entrada e saída de turistas, sugerindo a necessidade de maior fiscalização e gestão dos fluxos de visitantes, especialmente nos períodos de alta temporada.

Acho que deve voltar como era antes, limitar o número de visitantes por dia (Peixe).

Deveria registrar a entrada para controle da saída, evitando acampamentos irregulares. Controle e limite de número de visitantes (Raquel).

Não tem controle. Deveria limitar o número de pessoas (no máximo 400) para evitar tumultos (Marlene e Magaly).

Como já pontuado, segundo os entrevistados, a ausência de um controle mais rigoroso dos visitantes resulta em impacto direto para as áreas naturais e

as famílias locais, que lidam com problemas como o acúmulo de lixo, contaminação das águas e a degradação das trilhas.

INFRAESTRUTURA PARA VISITANTES

Quando perguntados sobre melhorias na infraestrutura de apoio aos visitantes, 6/9 entrevistados mencionaram a necessidade de instalações de banheiros e lixeiras, especialmente em pontos como o Bambuzal, e 2/8 sugeriram melhorias na sinalização e na manutenção das trilhas.

A infraestrutura atual é insuficiente para atender à quantidade crescente de turistas, resultando em impactos negativos sobre o ambiente e a própria experiência dos visitantes. A instalação de banheiros e lixeiras é vista como essencial, e a comunidade está certa de que é responsabilidade do ICMBio garantir um turismo mais sustentável e menos impactante ao ambiente, algo de interesse tanto para as famílias quanto para a própria unidade de conservação.

RELAÇÃO DOS TURISTAS COM A COMUNIDADE

Quando perguntados sobre como melhorar a relação dos turistas com a comunidade do Retiro, 2/9 entrevistados sugerem a instalação de informativos





sobre a comunidade e 1/9 recomenda a instalação de placas que eduquem os turistas sobre a história do Retiro.

A intenção de educar os turistas sobre a comunidade é vista como uma forma de promover o respeito e a compreensão do valor cultural do Retiro. Pelo fato de ser incomum na experiência de muitos visitantes, cruzar com moradias e pessoas vivendo em parques nacionais, entende-se fundamental que eles sejam informados sobre a dinâmica de vida e práticas das famílias dali a fim de que, com isso, se contribua para um turismo mais consciente das complexidades presentes em áreas protegidas e que seja menos ofensivo para os moradores do lugar.

TRABALHO, FONTE DE RENDA E ATIVIDADES NO TURISMO

Sobre trabalho e fontes de renda entre os entrevistados, mapeou-se: aposentadoria (1); aluguel de chalés e pousadas no Cipó (2); prestação de serviços para pousadas e casas de veraneio (2); guias e promoção de vivências para turistas (2); venda de alimentos e bebidas para turistas (2); serviço de portaria do Parque (2); construção civil (2) eletricista (1).



Imagem 97: Barraca da Marlene e da Magaly. Fonte: Acervo do Projeto, 2023.



Imagem 98: Barraca do Peixe. Fonte: Acervo do Projeto, 2023.



Atualmente, sete famílias dizem trabalhar regularmente com turismo. Apenas uma família não se envolve com atividades voltadas ao turismo e três trabalham com atividades voltadas ao turismo esporadicamente. Cinco entrevistados afirmam ter interesse em exercer outra atividade, voltada para o turismo, além da que já exercem.

- 7/9 afirmaram que as atividades turísticas que oferecem estão baseadas em conhecimentos locais envolvendo, por exemplo, culinária tradicional, conhecimento de trilhas e práticas artesanais.

A diversidade de atividades relacionadas ao turismo no cotidiano da comunidade do Retiro mostra a relevância desse mercado para a comunidade. Algumas famílias atuam de forma autônoma, e outras demonstram o desejo de atuar assim, oferecendo produtos e serviços diretamente aos turistas.

INTERESSE EM NOVAS ATIVIDADES DE TURISMO

Dos entrevistados, 4/9 têm interesse em reformar ou construir estruturas para viabilizar atividades turísticas. As reformas e construções pretendidas incluem espaço para produção e venda de artesanato

(Raquel), área de *camping* e infraestrutura para recepção (Ildeu), ampliação e reforma da barraca de venda de alimentos (Magaly).



Imagem 99: Autorização Direta do Termo de Compromisso de Marlene e Magaly.

Fonte: Acervo do Projeto, 2023.





- 4/9 entrevistados afirmaram que as atividades turísticas que pretendem desenvolver implicam manejo ou extração de recursos do território como barro, terra e bambu; produção de hortaliças, frutas, raízes, caldo de cana, geleias e outros produtos derivados dos alimentos cultivados; produção de sabão artesanal com palmeira macaúba etc.

Estando os produtos e serviços a serem oferecidos pela comunidade baseados no conhecimento local, entende-se que eles têm grande potencial para enriquecer a experiência turística e apoiar a economia local, promovendo o turismo de base comunitária. Isso revela uma oportunidade de integração do turismo na vida da comunidade que, para ser efetivada, depende de infraestrutura adequada para que os produtos e serviços circunscritos à comunidade sejam acessados e valorizados pelos visitantes. A exposição em feiras locais é um desejo de alguns (5) para diversificar e aumentar a visibilidade dos produtos da comunidade.

DIÁLOGO COM O ICMBIO SOBRE O TURISMO

Três entrevistados já comunicaram à gestão do Parque a intenção de trabalhar com turismo

e outros três que têm essa intenção ainda não se pronunciaram nesse sentido. Os retornos da gestão foram geralmente positivos e de permissão informal nos casos de a) manter um restaurante em operação e b) seguir com atividades já exercidas.

Quanto às demandas e sugestões da comunidade para o ICMBio com vistas à melhoria do uso público e qualidade de vida dos moradores, 6 entrevistados afirmaram que é necessário instalar banheiros e lixeiras. Além dessa, as demandas mais recorrentes incluem: controle da portaria e do número de visitantes, sinalização e placas sobre a comunidade, limpeza e manutenção das trilhas, criação de pontos de apoio aos visitantes, melhor distribuição da equipe de fiscalização, instalação de banheiros e lixeiras para os turistas ao longo das trilhas.

Outros comentários gerais foram feitos mencionando que falta estrutura para receber turistas, como sombra, água, pontos de descanso, e sugerindo uma cobrança simbólica de taxa para manutenção da infraestrutura do Parque. A fiscalização do ICMBio tem sido bem avaliada no que diz respeito às atividades ilegais dos turistas.





vi) Relação da comunidade com o ICMBio

PRESENÇA NO RETIRO

- 2/9 entrevistados vivem de forma contínua no Retiro, enquanto 7/9 frequentam regularmente.

A relação com o Retiro é mantida com a maioria dos entrevistados vivendo em Santana do Riacho. Isso reflete tanto a forte ligação das famílias com o território, frequentado mesmo mantendo atividades e residências em outro lugar, quanto limitações práticas que impedem a sua permanência contínua na comunidade.

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E RETOMADA DE ATIVIDADES

- 9/9 entrevistados tinham atividades produtivas (moravam, plantavam e criavam animais) no Retiro antes da criação do Parque, mas apenas 2/9 continuaram após a criação do Parque. 5/9 deixaram de plantar e criar animais depois da criação do Parque, mas nunca deixaram de frequentar o lugar. Nos últimos cinco anos, 5/9 retomaram uma ocupação ativa com atividades produtivas no Retiro.

A criação do Parque resultou na interrupção das práticas de subsistência para a maioria das famílias da comunidade. A retomada recente de atividades

produtivas, como as roças de mandioca, milho, feijão e cana por parte de diferentes núcleos familiares, indica a retomada da relação com o território, ainda limitada pelas condições atuais de uso acordadas com o ICMBio e, especialmente, pela capacidade de geração de renda a partir delas.

Isso está exemplificado no fato de que, segundo 3/9 entrevistados, eles não conseguem permanecer e realizar atividades do Retiro porque não conseguem gerar renda através delas, e 2/9 entendem que o fato de não poder estar/habitar com a família toda no Retiro inviabiliza a sua presença e atividades produtivas no lugar.

RELAÇÕES DE TRABALHO COM O ICMBio

- 3/9 trabalha ou já trabalhou como brigadista, agente temporário ou contratado do ICMBio, e outros 3/9 têm parentes que trabalham ou já trabalharam no órgão.

Nota-se, através da fala dos entrevistados, que esses vínculos de trabalho criam pontos de interação e um canal de comunicação mais próximo entre algumas famílias e o ICMBio. Esses laços podem favorecer a construção de uma relação de parceria e cooperação, especialmente no que diz respeito às





questões de gestão do Parque como regras de visitação e recepção de turistas, controle de entrada de visitantes das famílias residentes etc. Na prática, essas situações de contratação, ainda que temporárias, apontam para uma forma de co-responsabilização pela gestão do território, entre órgão ambiental e famílias tradicionais.

Percebe-se também na fala dos entrevistados que mantém vínculos de trabalho com o ICMBio uma adoção dos valores conservacionistas do órgão ambiental, algumas vezes contrastantes com perspectivas e demandas dos demais comunitários.

COMUNICAÇÃO COTIDIANA COM O ICMBio

- 4/9 entrevistados mantêm uma comunicação ativa com o ICMBio, enquanto 5/9 relatam não buscar ou manter contato direto com a equipe gestora.

A comunicação com o ICMBio parece ser seletiva, refletindo tanto preferências individuais quanto níveis variados de engajamento das famílias com a gestão do Parque. Aqueles que mantêm uma comunicação ativa com o ICMBio a estabelecem para lidar principalmente com questões práticas, como recepção de familiares visitantes, reformas, comercialização de produtos e prestação de serviços aos turistas.

PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO

Antes do Termo de Compromisso: 3/9 entrevistados fizeram pedidos de autorização, dos quais 2 tiveram pedidos negados (para construção de casa) e 1 teve pedido aceito (para construção de banheiro).

Depois do TC: 7/9 entrevistados relataram que fizeram pedidos, dos quais seis tiveram pedidos aceitos e um teve um pedido de construção negado, mas outros pedidos aceitos (ex.: corte de árvores, instalações).

Os principais tipos de pedidos feitos após o TC incluem: construção de casas e estruturas auxiliares (banheiro, cozinha externa, barraca de venda), abertura de novas roças, uso de recursos naturais (lenha, barro) e prestação de serviços turísticos (venda de alimentos e bebidas e servir refeições).

Segundo os entrevistados, em geral, antes do TC, havia mais dificuldade de autorização. Depois do TC, em todos os casos em que os pedidos foram aceitos, os entrevistados consideraram que a resposta foi rápida e eficiente. Embora o meio utilizado não tenha sido detalhado por todos, alguns mencionaram que os pedidos foram feitos presencialmente ou por telefone.





A eficiência nas autorizações relatadas pelos entrevistados sugere uma disposição do ICMBio em atender as necessidades da comunidade, e a preferência de 4/9 por realizar os pedidos por telefone e 3/9 pessoalmente na sede mostra a importância de flexibilidade nos canais de comunicação e estratégias de acordo.

GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

Sobre ter existido ou não abertura ao diálogo a respeito do Termo de Compromisso nos últimos cinco anos, 5/9 entrevistados afirmaram que houve abertura para discutir o TC com o ICMBio, 2/9 afirmaram que não houve abertura e 2/9 não souberam responder. 6/9 entrevistados disseram que se sentem motivados e capazes de contribuir com a definição das regras do TC.

Esse dado indica que, embora muitos reconheçam a disponibilidade do órgão gestor para diálogo, a experiência não é unânime e pode ter sido influenciada por fatores como: desinformação, ausência de convite direto ou dificuldades de acesso às reuniões. Na fala de algumas famílias, a disposição para participar da construção coletiva das normas ainda está presente, embora acom-

panhada de certo desgaste por parte de alguns em razão de processos burocráticos lentos ou escuta pouco efetiva em ciclos anteriores.

- 8/9 entrevistados afirmaram que não participam das reuniões do Conselho Consultivo do NGI Cipó/Pedreira. Entre eles: quatro disseram que são informados ou têm notícias das reuniões e três disseram que não são informados nem acompanham. Apesar da ausência de participação direta, 5/7 entrevistados acreditam que as reuniões são importantes e podem ser um espaço para as famílias serem ouvidas e 2/7 não se pronunciaram ou demonstraram desinteresse pelo tema.

Com isso, nota-se que há reconhecimento do valor potencial desse espaço, mas há barreiras práticas para garantir a presença efetiva da comunidade nessa instância de governança. De modo geral, há um descompasso entre o desejo de participação e os meios reais de exercê-la ligado à falta de acesso, linguagem técnica, distanciamento institucional ou desconfiança acumulada. Informar com regularidade a comunidade sobre os debates e decisões do Conselho pode fortalecer o vínculo e a corresponsabilidade na gestão compartilhada





do território. Reforçar os canais de escuta direta e pensar conjuntamente a gestão do território, parece ser mais eficaz através da realização de oficinas no Retiro, do que esperar participação da comunidade via Conselho Consultivo.

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE O ICMBIO

- 7/9 consideram o ICMBio um órgão confiável e parceiro na gestão do território, 2/9 consideram que não há uma relação de parceria e confiança.
- 5/9 caracterizam o diálogo com o ICMBio como cordial e respeitoso, 1/9 diz ser apenas “bom” e 3/9 relataram ser “difícil, mas está melhorando”, o que reforça o passivo de tensões e indica a necessidade de intenção e ação contínua por parte do órgão ambiental no sentido de aprimorar o diálogo e a colaboração.

MUDANÇAS NA RELAÇÃO COM O ICMBIO APÓS O TC

- 7/9 observaram uma mudança na postura do ICMBio em relação às famílias do Retiro após o Termo de Compromisso, mas 3/9 consideram essas mudanças pouco significativas.

A implementação do TC é vista como um avanço no relacionamento com o ICMBio, embora algumas

famílias ainda considerem que as mudanças são mais simbólicas do que práticas diante do fato de que ainda há severas restrições quanto ao regramento para construções e atividades produtivas que destoam enormemente da autonomia que tinham sobre os usos e ocupação do território antes da criação do Parque.

AVALIAÇÃO GERAL DA EXPERIÊNCIA COM O TERMO DE COMPROMISSO

Em uma avaliação geral dos cinco anos de vigência temos:

- 4/9 entrevistados avaliaram o TC como “bom, mas pode melhorar”, 1/9 avaliou como “razoável, melhorou pouca coisa”, 1/9 não utilizou termos explícitos de avaliação, mas apontou que a maior conquista foi poder voltar a morar no território e 1/9 disse que “as coisas estão esquisitas”.

Entre as principais conquistas mencionadas, os entrevistados destacaram:

- 6/9: Retomada da presença no território: “Poder voltar para casa”, “voltar a morar”, “gente voltando depois de vinte anos”
- 3/9: Reforço da segurança e do futuro no lugar: “Segurança em relação ao futuro”, “evitar que o Retiro acabasse”





- 3/9: Maior diálogo e respeito na relação com o ICMBio
- 2/9: Retomada das atividades produtivas: “Voltar a plantar”, “plantar e construir sobre as ruínas”

As críticas e desafios mais recorrentes dizem respeito a três grandes eixos:

- a) Infraestrutura para visitação: 5/9 entrevistados apontaram a falta de banheiros e lixeiras como um problema central; 3/9 associaram diretamente a má qualidade da água e o excesso de lixo à ausência dessa infraestrutura; 2/9 argumentam que, sem estrutura adequada, a visitação deveria ser limitada ou suspensa.
- b) Normas de construção: 5/9 destacaram como desafio a restrição para construção de casas novas, sobretudo a exigência de seguir o alicerce antigo: “A principal demanda não é atendida”, “devia ser liberado para os herdeiros uma construção”.
- c) Chegada de novas famílias: 3/9 entrevistados expressaram preocupação com a chegada de novas famílias no Retiro, com medo de perder “o sossego” e de desfigurar os vínculos antigos entre a comunidade.

c) Síntese do Diagnóstico

Apenas para reforçar pontos e destacar padrões recorrentes nas entrevistas relativas a cada tópico, apresentamos em caráter não conclusivo uma síntese do diagnóstico realizado com as famílias na Oficina de Diagnóstico do Termo de Compromisso, em abril de 2024.

A infraestrutura residencial das famílias no Retiro, associada às normas do Termo, molda a experiência de vida das famílias no lugar. Os desafios de infraestrutura básica impõem restrições significativas para uma ocupação plena e segura. As dificuldades com eletricidade, acesso à água de qualidade, estradas e sinal de telefonia inviabilizam a permanência contínua de algumas famílias no território. Mesmo assim, a existência e manutenção das casas no Retiro, ainda que com limitações, é um símbolo do vínculo cultural e histórico das famílias com o lugar.

No que diz respeito à prática de plantio, entende-se que o TC proporcionou o retorno dos cultivos por permitir práticas como a queima controlada e as roças de grãos, mas a necessidade de autorizações e o controle sobre certas práticas limitam as escolhas dos moradores, o que acaba





sendo um empecilho para a geração de renda e autossuficiência a partir dos terrenos. De modo geral, as famílias dizem estar satisfeitas com o tamanho dos terrenos e espaço disponível para os cultivos, e enquanto alguns não desejam ampliar a área cultivada, outros demonstram o desejo de cultivar mais, de forma mais diversificada e com maior autonomia no manejo.

A criação de animais no Retiro é uma prática de grande valor para elas, sendo feita hoje com um foco em subsistência e como uma tradição familiar, diferente de como era feita pelos antigos que tinham muito mais animais e finalidades comerciais mais expressivas. Com a criação do Parque, o manejo de animais de criação foi readequado para atender às normas de preservação ambiental. De certo modo, as orientações do ICMBio e as próprias sugestões dos moradores se aliam e indicam um esforço conjunto em equilibrar a presença de animais de criação com a conservação. Para minimizar conflitos, especialmente com turistas, as famílias sugerem que haja fiscalização contra o abandono de cães no Parque e que os visitantes do Parque sejam informados sobre a tradição local de manejo animal pelos moradores.

A comunidade do Retiro reconhece as atividades voltadas ao turismo como uma fonte complementar de renda para as famílias, como o trabalho de guias, anfitriões de experiências e venda de alimentos e produtos artesanais, que pode gerar uma integração econômica da comunidade com a visitação turística. Mas também enfrenta desafios relacionados à presença massiva de visitantes no Parque. A crescente pressão turística requer uma resposta eficaz em termos de controle de acesso e instalação de infraestrutura de apoio ao uso público como pontos de parada, banheiros e lixeiras.

A colaboração com o ICMBio é vista como essencial e necessitando ser aprimorada para garantir que o turismo respeite as tradições locais e apoie a economia local sem comprometer a qualidade ambiental e a qualidade de vida dos moradores. A comunidade demonstra interesse em expandir suas relações com o turismo e em desenvolver produtos baseados em conhecimentos locais, como artesanato e produtos alimentícios, que poderiam ser apreciados no próprio Retiro e em feiras locais. Para isso, espera-se poder contar com o apoio do ICMBio em infraestrutura, comunicação e educação.





É muito recorrente na fala dos entrevistados que a presença de turistas impacta a qualidade do ambiente para os moradores, pois a falta de infraestrutura — em especial banheiros e lixeiras — gera problemas ambientais e afeta a convivência dos visitantes do Parque com as famílias do Retiro. A demanda contundente por melhorias na gestão do uso público acaba refletindo uma contradição do Parque com relação aos valores conservacionistas, indicando a necessidade de se trabalhar a conservação dos bens naturais junto a melhorias quanto aos equipamentos públicos no interior do Parque, bem como à promoção da qualidade de vida dos moradores, promovendo a visitação alinhada à educação socioambiental.

Quanto ao diálogo com o ICMBio, as entrevistas revelam em geral uma relação de respeito e colaboração crescentes entre o órgão ambiental e a comunidade, reforçada pelo Termo de Compromisso, mas indicam também que para superar o passivo de conflito e desconfiança é preciso mais abertura, escuta, interesse e diálogo com as famílias. Elas apreciam as conquistas, como a possibilidade de retornar ao território e a segurança jurídica que o Termo oferece, e indicam a necessidade de rever

questões relacionadas às construções, à infraestrutura de apoio a visitantes e à sua participação efetiva na gestão do território.

A maioria dos entrevistados expressa disposição para reelaborar regras de convivência e no cumprimento delas, mostrando que, embora a participação formal, como nas reuniões do Conselho Consultivo, seja limitada, o interesse em contribuir para a gestão é elevado. Mas a comunidade sente que as decisões principais são tomadas pelo ICM-Bio, muitas vezes sem considerar as necessidades e opiniões dos moradores. Isso gera um sentimento de desvalorização das perspectivas e do conhecimento local, especialmente entre os mais antigos na região.

Outras questões de grande relevância nas entrevistas foram a restrição de construções à regra do alicerce como limitante da presença e permanência das famílias no território e a preocupação quanto a novas famílias assinantes do Termo de Compromisso e ocupantes do lugar. Esses pontos indicam uma tensão entre o desejo de maior autonomia da comunidade e a necessidade de uma abordagem inteligente e sensível de regulamentação por parte do ICMBio de questões complexas e controversas.





Quanto à avaliação mais global do Termo de Compromisso, as entrevistas refletem percepções que variam entre satisfação e frustração, moldadas pelas ressonâncias e dissonâncias entre as expectativas dos moradores, as regulamentações do Parque e a realidade das mudanças implementadas. Existia a expectativa de maior autonomia e de uma presença mais constante e plena no território por parte das famílias do Retiro. A implementação do Termo trouxe de fato algumas das permissões esperadas, como a reconstrução de casas. Mas a necessidade de autorizações formais para reformas e uso de determinados recursos limitou as expectativas de autodeterminação. Alguns moradores sentem que as restrições e proibições dificultam o aproveitamento pleno de seus espaços, especialmente na criação de novas construções para abrigar suas famílias e na ampliação de atividades econômicas.

Notou-se ao longo do dia de oficina que não há uma nitidez absoluta da comunidade sobre o significado do Termo de Compromisso em termos de garantia de direitos. Na percepção das famílias do Retiro a classificação temporal “antes do Termo” e “depois do Termo” faz menos sentido do que uma linha contínua progressiva que vai desde o passado

— quando foram expulsos, não-indenizados e não havia diálogo — para um presente-futuro em que foi possível a volta para o Retiro e há maior diálogo. Apesar de reconhecerem que há maior abertura atualmente, sentem que há questões praticamente inegociáveis. Diante disso, a resposta é paradoxal: a conformação coexiste com a indignação expressa em cansaço e não envolvimento.

O Termo de Compromisso cumpriu um papel fundamental no reconhecimento da ocupação tradicional das famílias do Retiro e no reatamento de suas relações com o território. Mas deve-se ter em vista que, mesmo tendo contado com a participação da comunidade na elaboração do seu texto, sendo um instrumento originalmente pensado e implementado na esfera de gestão de órgãos públicos, sua linguagem técnica e os vícios atitudinais dos gestores na sua implementação destoam do repertório de ideias, conceitos, interesses, condutas e práticas daqueles que devem ser seus beneficiários, as comunidades moradoras em UCs. Além disso, como apontado por uma ex-gestora do PNSCi, existe uma tendência em utilizá-lo como um instrumento de comando e controle e não um instrumento de gestão e mediação de conflitos (Apoloni; Araújo, 2019).





Esses desafios somam-se ainda a um outro, talvez o mais difícil de lidar em todas as UCs onde há sobreposição de territórios: a recorrência de mudança de gestores onde perfis específicos dentro da equipe de gestão influenciam sobremaneira a consolidação ou fragilização das conquistas quanto às relações de comunicação, orientação e construção conjunta de soluções. Esse contexto mais amplo

deve ser considerado ao se buscar endereçar de forma justa, pensando a médio e longo prazo, as questões mais essenciais apontadas pela comunidade no que diz respeito ao Termo, como a ampliação de estruturas residenciais ou a infraestrutura de uso público aos turistas, além de comunicação mais aberta e transparente sobre os aspectos envolvendo as permissões e proibições no uso do território.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório contém o diagnóstico socioparticipativo das apreensões das famílias do Retiro 5 anos após a celebração do Termo de Compromisso com o ICMBio. Ele resulta de um processo coletivo que envolveu diferentes frentes de atuação e compromisso, construído a partir do trabalho dos estudantes vinculados ao Projeto Cipó, da participação ativa e da disponibilidade das famílias do Vale da Bocaina e da interlocução com o ICMBio. Ao reunir essas vozes e experiências, esta publicação busca testemunhar os alcances, os limites e as transformações observadas no território ao longo dos vários anos de atuação do Projeto Cipó no território.

Os Termos de Compromisso devem ser compreendidos como instrumentos dinâmicos e participativos, sujeitos a monitoramento contínuo e a revisões periódicas. À luz da legislação vigente (Brasil, 2021), trata-se de um instrumento que deixou de ter caráter temporário, e deve ser entendido de modo a garantir estabilidade e permanência, o que reforça a necessidade de acompanhamento qualificado e de pactuações constantemente atualizadas. Esse enquadramento normativo é fundamental para assegurar tanto o respeito aos direitos e modos de vida de povos e comunidades tradicionais quanto a efetividade do manejo sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, este diagnóstico se propõe a ser menos um registro avaliativo do Termo firmado entre a comunidade e o Parque do que um documento que oferece subsídios concretos à tomada de decisões futuras considerando as necessidades e expectativas dos comunitários e suas fontes de legitimidade.





Por fim, entendemos que o fortalecimento de uma educação ambiental de perspectiva crítica — capaz de reconhecer e valorizar os saberes e práticas da comunidade do Retiro — constitui um eixo estratégico para a consolidação de um processo de gestão territorial participativa, orientado à permanência qualificada das famílias no território e ao aprimoramento contínuo do Termo de Com-

promisso. Ao considerar plantas, animais, rochas, solos e águas como parte de um território vivido e relacional, abre-se espaço para uma governança que articule justiça social e conservação ambiental, não como objetivos opostos, mas como dimensões indissociáveis de um mesmo projeto coletivo — o de cuidar e proteger do patrimônio biocultural da Serra do Cipó.





REFERÊNCIAS

APOLONI, Renata Corrêa; ARAÚJO, José Geraldo. Memórias do Retiro: o processo de construção do termo de compromisso no Parque Nacional da Serra do Cipó. In: Seminário Brasileiro Áreas Protegidas e Inclusão Social (Sapis); Encontro Latino-Americano Sobre Áreas Protegidas E Inclusão Social (ELAPIS): Áreas Protegidas e Inclusão Social em Cenários de Mudanças, 2019, Recife. **Anais [...]** Comunicação científica e relatos de experiências. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 2019. p. 635–639. Disponível em: https://6d14af75-3b42-4f6d-8774-447e0f19b7b8.filesusr.com/ugd/37954b_93e-3772f40484e14b277822cc504de82.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília (DF), 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Instrução Normativa n. 26, de 4

de julho de 2012. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 6 jul. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/instrucoes-normativas/arquivos/dcom_instrucao_normativa_26_2012.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Monitoramento do Termo de Compromisso**: relatório técnico. Processo SEI n. 02128.000696/2020–15, 2020.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó**. Brasília: ICMBio, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-da-serra-do-cipo/arquivos/parna_serra_do_cipo_pm_encarte1e2.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Termo de Compromisso celebrado com moradores da região do Retiro**. Processo SEI n. 02128.002934/2018–11, 201.





BRASIL. Advocacia-Geral da União Procuradoria-Geral Federal Procuradoria Federal Especializada Junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Gabinete do Procurador-Chefe. Despacho n. 00635/2021/GABINETE/PFE-I-CMBIO/PGF/AGU, de 08 de novembro de 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2021/11/despacho-aprovacao-populacoes-tradicionais.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026.

CARDOSO, Samora N'zinga Soares. **Conflitos e percepções socioambientais na Serra do Cipó**: os bichos e as pessoas em meio ao Parque Nacional. Monografia (Graduação em Ciências Socioambientais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC). **Principais Atividades Realizadas para Implantação do Parque Estadual da Serra do Cipó: relatório**. Belo Horizonte, 1982.

CUNHA, Caroline Aparecida Batista. **O Parque Nacional da Serra do Cipó e a comunidade do Retiro**: conflitos e resistência. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

FERREIRA, Raoni Araújo. **A Serra do Cipó e seus vetores de penetração turística**: Um olhar sobre as transformações socioambientais. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Pós-graduação em Geografia/Análise Ambiental, Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/d4ea46d5-3a01-4cd-8-85ec-a68302a756a7/content>. Acesso em: 26 mar. 2026.

FREITAS, Iara Oliveira Silva e. **Uma etnoecologia abrangente dos “retireiros”**: Compreendendo Conflitos Entre o Parque Nacional da Serra do Cipó e a Comunidade Local. Monografia (Graduação em Ciências Socioambientais– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MACAÚBA DESENVOLVIMENTO LOCAL. **O livro de experiências da Região Turística da Serra do Cipó**. Belo Horizonte: Macaúba Desenvolvimento Local; SEBRAE Minas, 2023. Disponível em: <https://vemprocipo.com.br/wp-content/uploads/2023/12/O-Livro-de-Experiencias-da-Regiao-Turistica-da-Serra-do-Cipo.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026.





MENDES, Ana Beatriz Vianna (coord.). **Parques e outros lados da conservação ambiental**: populações locais, projetos de “desenvolvimento” e o turismo ecológico – Relatório Parcial (agosto–outubro de 2014). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – Programa Cidade e Alteridade: Convivência Multicultural e Justiça Urbana, 2014.

MENDES, Ana Beatriz Vianna. **Existências às margens**: comentários sobre o reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais que vivem em áreas de proteção integral no Brasil. In: Anaya, F. C. et. al., TERRA ARRASADA: desmonte ambiental e violação de direitos no Brasil. Unimontes, 2024. Disponível em: <https://www.editora.unimontes.br/terra-arrasada/>. Acesso em: 31 mar. 2026.

MENDES, Ana Beatriz Vianna. **Laudo antropológico das famílias tradicionais do Retiro/Vale da Bocaina**: Processo ICMBio n. 02128.002372/2018-05. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de Antropologia e Arqueologia, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1k4R1ZU6YddXj3wEctQMwRi1qD2F1SvHm/view?usp=sharing>. Acesso em: 26 mar. 2026.

MENDES, Ana Beatriz Vianna. Conservação em território tradicional: uma longa história até a conciliação

via Termo de Compromisso. **Revista Antropolítica**, s.l., v. 54, n. 3, p. 347–365, set.–dez. 2022. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2024/04/Conservacao-em-territorio-tradicional-publicado.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026.

MENDES, Ana Beatriz Vianna; OLIVEIRA, Ricardo Alexandre Pereira de. Conservação ambiental e territórios tradicionais: alguns apontamentos sobre estratégias adotadas para a gestão de vidas. **Novos Cadernos NAEA**, s.l./v. 25, n. 3, p. 99–126, set.–dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/10424>. Acesso em: 26 mar. 2026.

MYERS, Ronald L. **Convivendo com o fogo**: manutenção dos ecossistemas e subsistência com o manejo integrado do fogo. Tallahassee: The Nature Conservancy, 2006. Disponível em: https://biblioteca.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2021/01/1611297734-convivendo_com_o_fogo.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

PACÍFICO, Amanda Cristina Nunes. **Do conflito à participação**: o processo de construção do Termo de Compromisso entre comunidades tradicionais e o ICMBio no Parque Nacional da Serra do Cipó. Monografia (Graduação em Ciências Socioambien-





tais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PERES, Letícia Peres Fernandes. **Reflexões sobre relações de poder a partir de situações de ação entre a comunidade do Retiro e o Parque Nacional da Serra do Cipó.** Monografia (Graduação em Ciências Socioambientais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

REIS, Pedro Henrique. **A perspectiva da gestão do fogo em parques nacionais:** estudo sobre o Parque Nacional da Serra do Cipó (MG). Monografia de (Gra-

duação em Ciências Socioambientais) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

SOUZA, Leonardo Vasconcelos de. **É parque, mas nem tão parque assim:** representações acerca do Parque Nacional da Serra do Cipó. Monografia (Graduação em Ciências Socioambientais) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313263173_E_Parque_mas_nem_tao_Parque_assim. Acesso em: 26 mar. 2026.



FAFICH
UF **MG**

APUBHUFMG+
SINDICATO DOS PROFESSORES

PROEX
PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO


FAPEMIG

ISBN 978-65-6115-156-6

